

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**
INICIADA NO DIA 26 SETEMBRO DE 2006. -----
----- **ACTA NÚMERO DEZASSEIS** -----

----- No dia 26 de Setembro de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano

Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Lopes Leal, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, João Martins Baioneto, Carlos Alberto Rebelo Costa, Sílvia Mota Lopes, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, Nuno Maria Bonnville Van Uden e Rita Susana Borges Cortez Folgosa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Bravo Martins de Campos e David Alexandre Ribeiro Valente. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Manuel Biscaia Pereira. -----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Helena Sousa Ribeiro. -----

----- Ana Drago (BE), por 90 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Duarte Mata. -----

----- João Bau (BE), por 60 dias, sendo substituído pela Deputada Municipal Lídia Fernandes. -----

----- Sílvia Claro (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Rita Susana Folgosa. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Van Uden. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gonçalves Pereira. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Martins Baioneto. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Cintra. -----

----- Justificou a falta à presente reunião a Deputada Municipal Ana Maria Bravo Martins de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião e, ainda antes da intervenção do público, deu posse, no âmbito do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lisboa, à seguinte personalidade: -----

----- **TERMO DE POSSE** -----

----- **DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LISBOA** -----

----- “Aos 26 de Setembro de 2006, perante a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária, vai tomar posse como membro do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lisboa, conforme estipulado no art.º 9º da Lei 33/98, de 18 de Julho, o seu elemento, em substituição do anteriormente eleito, conforme se discrimina e assina o presente Termo de Posse: -----

----- Pela Polícia Judiciária de Lisboa, o Director Nacional Adjunto da Direcção de Lisboa, Dr. José Eduardo da Silva Ferreira Leite.” -----

----- Seguidamente, declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Artur Palácios**, morador na Av. de Ceuta Norte, Rua da Quinta do Loureiro, lote 7 – 5º B, 1350-140 Lisboa, solicitou à Sra. Presidente o favor de mandar ler a sua exposição porque sendo invisível não o podia fazer, tendo então a funcionária dos Serviços de Apoio, Dra. Cidália Marques, procedido à leitura da referida exposição, que tinha o seguinte teor: -----

----- “Venho uma vez mais dirigir-me a V. Exas., pois continuo sem respostas às intervenções feitas por mim nesta Assembleia, bem como às cartas que tenho enviado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carmona Rodrigues.-----

----- No entanto não queria deixar de agradecer a informação pronta e rápida de V. Exa., Sra. Presidente da AML, em informar-me que informou por escrito e enviado cópias dos materiais que eu deixei à Mesa, ao Sr. Eng.º Carmona Rodrigues. -----

----- Por ser muito grave e uma aberração o comportamento do Presidente da CML e da sua Vereação ao continuarem a não resolver os problemas da nossa zona nem darem resposta às nossas preocupações e às nossas justas reivindicações. Algumas já com gastos nos projectos e já resolvidos teoricamente porque na prática nada se vê feito, a não ser “fachada para inglês ver” ou “rebuçados envenenados”. -----

----- A ETAR continua a envenenar-nos, sem soluções à vista, o Gimnodesportivo com datas marcadas e o dinheiro gasto na sua construção. -----

----- Os Srs. Vereadores sem escrúpulos por quem lhes está a pagar para os servir, vão-se recreando até dizendo que o Pavilhão vai muito bem e vai ser montado no Restelo, continuando impunes sem serem responsabilizados pela sua incompetência e mal servir, a quem faz todos os sacrifícios para sobreviver aos aumentos constantes dos impostos e com os aumentos em flecha em tudo o que nos faz da vida um tormento de arrepiar. -----

----- Continuamos a não ter um balcão dos correios, um multibanco, uma farmácia, uma mercearia, talho, lugar de frutas e hortaliças e um posto médico que nos tiraram e entregaram à Santa Casa da Misericórdia que não veio resolver o nosso problema, por isso continuamos a deslocarmos ao Posto 19, na Rua do Patrocínio, em Campo de Ourique, perto da café “Canas”. -----

----- Continuamos a ser mal servidos por transportes na Av. de Ceuta. O “porta a porta” funciona mal, deveria passar de hora a hora (o que é um exagero) mas raramente isso acontece, é “normal” esperamos 2-3-4-5 horas, incrível! -----

----- É como o campo para o jogo do chinquilha e da malha: começaram as obras no dia 8 de Agosto de 2006, mas está a ser feito nos terrenos em que já devia existir o Ringue – espaço para os jovens jogarem à bola e fazerem outras brincadeiras próprias de quem é jovem – e um parque infantil, que já tem os projectos aprovados há cerca de 3 anos. -----

----- O campo para o jogo do chinquilha e da malha podia ser feito mais acima ou mais abaixo. Porquê ali? Visto que já existem 2 campos de jogos da malha. -----

----- Da mesma forma que não se compreende porque fechou a loja n.º 2 – Espaço para Jovens e abriu a n.º 3, com o mesmo objectivo (dizem ...), só 3 dias por semana, 2 horas por dia. E mesmo assim está transformada em salão de baptizados, com muito barulho até altas horas, incomodando a vizinhança. -----

----- Alguém nos esclarece e nos dá respostas? Agradeço a vossa atenção.” -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa dirigiria a exposição aos membros da Vereação com competências nas várias matérias, embora, como o munícipe com certeza sabia, houvesse questões na exposição que não se prendiam com a possibilidade de decisão, quer por parte da Câmara, quer por parte da própria Assembleia. -----

----- **O Sr. Joaquim Quintas**, morador na Av. General Norton de Matos, n.º 71-1º D, 1500-132 Lisboa, disse que representava a empresa Quinague, adjudicatária da empreitada de uma residência para idosos, em Campolide, um trabalho que se arrastava há alguns anos por graves problemas de pagamento por parte da Câmara, que neste momento tinha já uma dívida na ordem dos 700.000 euros e a empreitada suspensa há vários meses por essa circunstância. -----

----- Disse que a burocracia da Câmara era intransponível, não conseguiam nada, pelo que, como última medida, resolveu vir colocar o problema à Assembleia Municipal. Se houvesse alguma vontade em ultrapassar esse problema o equipamento poderia estar concluído dentro de dois meses porque ele estava próximo de ser concluído, e por isso trazia uma proposta de pagamento da dívida à empresa, na ordem dos 80%. -----

----- Entregou na Mesa a proposta que acabara de referir, acrescentando que ela poderia servir de base a um caminho para resolver esta situação. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que formalmente a proposta teria que ser apresentada também à Câmara Municipal. O munícipe podia entregá-la à Mesa que a encaminharia, mas isso não dispensava a sua apresentação no órgão com competência para a decidir. -

----- **O Sr. Vítor Hugo da Cruz Trindade Cardoso**, morador na Rua João do Nascimento Costa, n.º 1-C – 3ª cave esqº 1900-269 Lisboa, disse que as medidas propostas para a saúde no recente Despacho n.º 18.459/2006, de 12 de Setembro, tinham a perigosa vertente de dificultar o acesso aos serviços de saúde, e de urgências, mais próximos e alargados à população lisboeta. -----

----- Do ponto de vista do utente, em Lisboa não havia nenhuma razão para encerrar esses serviços, bem pelo contrário. É um facto que a capacidade existente tem de ser aumentada e não diminuída. -----

----- Na realidade, esse Despacho não propunha uma reestruturação, apenas reduzia a oferta pública e empurrava os utentes para o privado. E se a população lisboeta precisava, como era que se justificava que não se abrissem novos hospitais públicos ou que se fechassem serviços de saúde de grande resposta como o serviço de urgência do Hospital Curry Cabral? -----

----- Ao invés, por que razão se abriam hospitais privados, como o Hospital do Lumiar, do Grupo BES, o Hospital do Mar, também do Grupo BES, ou o Hospital do Alto dos Moinhos, do Grupo Caixa Geral? Os hospitais privados floresciam na cidade ao passo que os hospitais públicos e os centros de saúde eram condenados a minguarem por força de mais esta proposta governativa. -----

----- Era também um facto que nos últimos dez anos os gastos com a saúde aumentaram substancialmente e que, em contrapartida, a resposta dada aos utentes diminuía também substancialmente. Na década de oitenta podia verificar-se que com menor investimento havia melhor resposta ao público, porque o que agora acontecia era o aumento dos gastos na saúde com despesas virtuais, ou mesmo supérfluas, que davam muito dinheiro a ganhar a um punhado de senhores. Era dessa forma que o Governo PS prosseguia as suas políticas de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, peça basilar da Constituição de Abril. -----

----- Por tudo isso, deixava o repto ao Executivo camarário para que tomasse a posição devida sobre a matéria. -----

----- **A Sra. D. Florinda Engrácia António**, moradora na Rua José Relvas, 26 – 2º esqº, 1900-284 Lisboa, falando em representação da Comissão de Freguesia do PCP, do Beato e Marvila, apresentou o seguinte protesto: -----

----- “ASSUNTO: Protesto pela supressão dos comboios no apeadeiro de Cheias e Marvila. -----

----- As Comissões de Freguesia do Partido Comunista Português no Beato e em Marvila, vêm protestar e reclamar das medidas tomadas quanto à supressão da paragem dos comboios aos fins de semana e feriados nos apeadeiros de Cheias e Marvila e ao corte da extensão até Alcântara. Protestam e reclamam, igualmente, pela redução nos horários de comboios naqueles apeadeiros que de 15/15 minutos, passou para 30/30 minutos. -----

----- Tais medidas são profundamente prejudiciais para os utentes destas zonas que, já muito mal servidas de transportes, se vêem agora mais prejudicadas ainda. -----

----- Mais, consta que o objectivo da CP é o corte total da paragem dos comboios também nos dias úteis, fora das horas de ponta. -----

----- Isto é um atentado aos interesses dos utentes destas zonas e uma atitude prepotente de uma entidade que tem a função de serviço público e que se está perfeitamente burrifando para as populações que prejudica. -----

----- As Comissões de freguesia do PCP no Beato e em Marvila vêm apresentar protesto contra a supressão dos comboios nos apeadeiros de Cheias e de Marvila aos fins de semana e feriados, a redução na frequência dos comboios nos dias úteis e reclama a reposição dos comboios aos fins de semana e a retoma do horário anterior. -----

----- Protesta também e desde já, contra a intenção da CP em suprimir a paragem dos comboios nos dias úteis fora das horas de ponta. -----

----- Solicitamos a esta Assembleia que faça saber à CP que esta situação os moradores não a aceitam, sentem-se prejudicados e apelamos para que nos ajudem a repor o que nos foi tirado.” -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou à muncípe que deixasse a sua exposição por forma a que a pudessem encaminhar. -----

----- **A Sra. D. Ana Cristina Ramos Mota**, moradora na Av. Paulo VI, lote 7 – 9º C, 1900-784 Lisboa, disse que representava 16 famílias que moravam na Av. Paulo VI, que não tinham qualquer solução à vista e cada vez tinham mais problemas em matéria de habitação. -----

----- De há 7 anos a esta parte entraram em litígio com a Câmara, mais propriamente com a GEBALIS, os 16 moradores eram todos funcionários da autarquia, viviam em casas cedidas pela autarquia, mas quando a GEBALIS se metia num processo as coisas complicavam-se. A maioria, não era o seu caso, eram trabalhadores da DURS, motoristas da noite e cantoneiros que ganhavam horas extraordinárias justamente porque trabalhavam de noite, e o cálculo das rendas estava a ser efectuado mediante essas mesmas horas extraordinárias. -----

----- A última situação que conheciam já vinha de alguns meses atrás, e pelo que lhes foi dito na GEBALIS havia um litígio entre a Câmara e as cooperativas que tinha a ver com o valor patrimonial, o que aos moradores era alheio porque continuavam sem saber se as rendas que estavam para trás, porque lhes foi cedido um documento em 2001 com o valor patrimonial da casa a dizer que lhes iam fazer as escrituras e continuavam sem saber se essas rendas iam ou não ser perdoadas. -----

----- Para além disso, a dívida todos os meses crescia porque a maioria das 16 famílias estava a pagar entre os 370 e os 525 euros de renda mensal. E como todos sabiam a Câmara estava a reduzir os custos de funcionamento e com isso também estaria a reduzir as horas extraordinárias. E não havia reavaliações! -----

----- Hoje, segundo disse, foram concluídas as respectivas licenças, mas infelizmente foram só hoje. E não foi por culpa dos moradores! -----

----- Mas a razão desta sua intervenção, hoje, tinha mais a ver com o facto de ter saído na comunicação social que a Câmara iria pedir uma verba dando como garantia 50% das rendas sociais, e não sabiam até que ponto isso poderia ou não afectar as suas rendas. -----

----- Referiu que a Sra. Presidente desde o início os apoiara, assim como outras pessoas a quem também agradecia, mas realmente esta situação durava já há sete anos e estava a ultrapassar todos os limites visto que as pessoas não tinham dinheiro para pagar essas rendas, até porque quando estavam de férias ou doentes não ganhavam horas extraordinárias e, portanto, esses valores eram exorbitantes para uma renda social. -----

----- Terminou pedindo que fossem esclarecidos, com documentação, sobre todas as dúvidas e preocupações que tinham. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que esta era uma questão que ela própria tinha acompanhado, ainda como Vereadora da oposição, há dois mandatos atrás. A questão

tinha a sua solidariedade política, pessoal, institucional e jurídica. Achara no passado, como continuava a achar hoje, que as referias famílias estavam carregadas de razão, continuava a rever-se na proposta que fez ao Sr. Vereador Vasco Franco e na qual ambos acordaram. -----

----- Depois de constituída a Assembleia, o primeiro acto que a Mesa praticou foi deslocar-se a Chelas para se inteirar como estava o processo, e verificaram, com alguma mágoa, que ele estava então como estava exactamente há quatro anos atrás. A Mesa da Assembleia Municipal não se desinteressara dessa matéria, tem acompanhado e feito as diligências que pode fazer, era sabido que não era à Assembleia que competia deliberar sobre a matéria, mas de todo o modo aquilo que lhes têm transmitido, e têm transmitido com regularidade, e a última informação conferia com a da munícipe com excepção de um ponto, não eram as licenças, estavam a ser feitas as vistorias para emitir as licenças e depois fazer os registos, depois de serem feitas, se a memória não lhe falhava, duas ou três reparações nalguns dos fogos. -----

----- Portanto, o que a Assembleia estava em condições de prometer era aquilo que tem feito, isto é, continuaria diligenciar e a manifestar toda a disponibilidade para ajudar na resolução do assunto, sendo certo que neste momento o que lhes diziam era que faltavam duas questões só: registos e celebração das escrituras. -----

----- Este, disse, foi um processo de anos, infelizmente. Os moradores estavam carregados de razão, portanto continuariam a ter o apoio, o empenho e o seguir de perto por parte da Assembleia, como pensava que a munícipe constataria pela sua resposta a essa questão. Pensava também que havia razões para encarar a questão com algum optimismo, mas manteriam a vigilância em relação ao seu desfecho. -----

----- Também lhes foi dado nota que a contabilização das rendas entraria no computo final. De qualquer forma, a Assembleia continuaria disponível para seguir o processo e ter intervenção sempre que o entendesse, mesmo nessa fase. -----

----- **A Sra. D. Maria Madalena Goncalves Andrade**, moradora na Rua Luciano Cordeiro, n.º 47 - 2º, 1150-212 Lisboa, disse que após ter recorrido à sua Junta de Freguesia recorrera também a todos os departamentos de resíduos sólidos da Câmara chamando a atenção para a bicharada que aparecera na sua casa, nomeadamente baratas, que vinham do terceiro andar do prédio recentemente despejado por um inquilino que ocupava também o primeiro andar, mas que não o despejara totalmente já que deixou lá sacos com restos de comida e outras coisas de onde começaram a aparecer as tais baratas que depois iam parar ao segundo andar. Uma dessas baratas já a fizera sangrar na cabeça e agora era baratas por tudo quanto era sítio, desde o saco do pão às panelas. -----

----- Disse que a rejeitaram no departamento da Rua da Boavista e também no da Rua do Forno, que era a sua zona, o Sr. Carlos Ferreira ainda não dera resposta ao pedido que fez, mas as assistentes sociais exigiam que fosse ela a despejar o terceiro andar para a rua. A sua reforma era pequena e por isso não podia pagar para fazer o trabalho e os resíduos não eram seus mas da pessoa que manteve o terceiro andar sem lá habitar, mas que alugava, e a questão que se colocava era qual o problema que levava os diversos departamentos de resíduos sólidos da Câmara a recusar-se a mandar dois homens

limpar todos esses enormes objectos e sacos onde foi criada e se continuava a criar a bicharada. -----

----- Terminou dizendo que tem 71 anos de idade, tem problemas de saúde e não podia trabalhar, gratuitamente ou a pagar, para uma pessoa que morava no primeiro andar, portanto debaixo do seu, que lhe deixara a casa toda partida, as paredes abertas, alguns dos relevos dos tectos antigos arrancados, e que até roubara uma chaminé, em mármore antigo, que desaparecera do andar. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que uma funcionária dos Serviços de Apoio ia indicar os serviços públicos a quem se deveria dirigir, e naturalmente que as questões privadas teriam que ser objecto de pertinente queixa. -----

----- **A Sra. D. Maria Filomena Palma Pinto**, moradora na Calçada da Picheleira, n.º 35, 1900 Lisboa, disse que vivia numa residência na Calçada da Picheleira onde, há dois anos atrás, lhe caíra um tecto onde estavam dois menores. Foram lá os bombeiros que elaboraram um relatório que entregaram à Câmara, mas a Câmara, até agora, não fez nada. -----

----- Já foi lá duas vezes a vistoria que concluíra que a casa não estava própria para habitação, proibiram-na de subir as escadas porque podiam cair, do *hall* de entrada não podia também passar para o quarto que estava em vias de cair, o tecto continuava a cair e chovia lá dentro como na rua. -----

----- Mas o que a preocupava mais, neste momento, é que tem uma criança com dez anos, que tem problemas de coração e que não pode estar sujeita a este tipo de situações. -----

----- E visto que ninguém a conseguia ajudar, pedia à Assembleia Municipal que lhe desse alguma indicação para algo mais que pudesse fazer para resolver este problema. -

----- **A Senhora Presidente** disse que a Assembleia tomara boa nota da exposição acabada de fazer e naturalmente encaminhá-la-ia. -----

----- Pedia, no entanto, que a munícipe entregasse à Assembleia cópia da exposição que fez à Câmara para melhor encaminhamento da exposição agora feita. -----

----- **O Sr. Humberto Norton da Costa**, morador na Praceta Gonçalves Crespo, n.º 4 – 3º esqº, 2790 Carnaxide, falando em nome da Associação AMA-Lisboa disse que no tempo que dispunha ia procurar transmitir algumas preocupações da Associação quanto a coisas que se passavam na cidade, mas antes, porém, pretendia referir que se quisera inscrever, ontem, para falar no período do público na Sessão de Câmara a realizar amanhã, quarta-feira, e teve, como sempre, alguma dificuldade. Não sabia se era *persona non grata* ou se era politicamente incorrecto, a verdade é que não foi inscrito mas tinha consigo a chapinha com o número de inscrição para depois oferecer ao Sr. Prof., até porque pretendia falar amanhã na Sessão de Câmara para desenvolver os temas porque hoje certamente não teria ali tempo suficiente para todos. -----

----- Começou então por aludir à situação da Feira Popular dizendo que Lisboa antes tinha uma feira e agora não tinha. -----

----- Por outro lado, relativamente à situação da Quinta da Paz disse que já falara disso aos Srs. Vereadores Fontão de Carvalho e Sérgio Lipari Pinto, mas não sabiam realmente o que se passava. -----

----- Sobre o Palácio Pombal a questão era se se vendia ou não. -----
----- Relativamente à EPUL, disse que era melhor não falar nisso, e quanto à EMEL ela estava fora da lei, tinha consigo recortes de jornais que podia mostrar. -----
----- Em Alcântara disse que havia uma seta que indicava um sentido que era perigoso porquanto o que indicava não era correcto. -----
----- Sobre um plano de pormenor da Ajuda, disse que já falou com a Sra. Vereadora Gabriela Seara, a Associação também tinha um projecto mas encalhara na CCDR, parecia que ia lá estar mais três anos para depois o Sr. Arqtº Birn novamente o remodelar. Naturalmente ele não se importava desde que a Câmara lhe pagasse! -----
----- Quanto à Carris, disse que poderia muito bem ser uma empresa municipal, tinha também recortes dos jornais pelos quais parecia que a tal rede 7 era uma rede, enfim! Bastava ler os jornais sobre isso! A Câmara também não concordara. -----
----- Relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal disse que se assustara ao ver o n.º 2 do artigo 45º, onde se dizia que salvo casos excepcionais, devidamente autorizados pela Mesa, o mesmo município não poderia usar da palavra por mais de duas vezes em cada período de seis meses. Não sabia se estava aprovado ou se não, mas seria melhor que não aprovassem isso. -----
----- Continuando, disse que a Associação tinha também uma preocupação com o Túnel do Marquês, mas era um ponto que a Assembleia iria desenvolver hoje no período de Antes da Ordem do Dia. -----
----- Tinham também uma preocupação quanto ao Aeroporto da Ota, não sabiam se o Aeroporto da Portela ia deixar de o ser para ser o *shopping* da Portela, não sabiam se iria ser aeródromo municipal. E tinham algumas dúvidas porque tanto quanto sabiam a base militar da Ota deixara de o utilizar por problemas climatéricos e de ventos, portanto se iam lá fazer um aeroporto agora era um problema em que teriam que pensar. -----
----- Por outro lado, também estavam preocupados com a situação da Administração do Porto de Lisboa quanto àquilo que ela pensava fazer em Santos, com o que o Sr. Prof. não concordava, como da mesma maneira não concordava com a Ota, felizmente. -----
----- Também nos jornais se referiam salários em atraso na Câmara, e um jornal referia que a marina da EXPO era o maior tanque de lama da Europa, e era preciso cuidado quanto a isso. -----
----- Igualmente tinham algumas preocupações com as taxas de passagem que a PT parecia que não pagava, assim como com a venda das rendas à banca por parte da GEBALIS, que era grave e parecia que ia ficar pior que o que estava. -----
----- Numa nota final, solicitou que pudesse entregar a tal chapinha que recebeu para poder intervir na Câmara, mas ao que parecia não podia intervir. -----
----- **A Senhora Presidente** disse ao município que deveria dirigir-se à Mesa, de forma urbana, porque era ela quem dirigia os trabalhos. Podia depositar aquilo que tivesse a depositar nos Serviços de Apoio à Assembleia, mas não havia entregas directas à Vereação ali presente. -----
----- Nas intervenções do público, quaisquer documentos ou material que houvesse a depositar seriam depositados ou nos Serviços ou na Mesa. -----

----- **A Sra. D. Manuela Teresa Fonseca Garcia**, moradora na Av. Estados Unidos da América, n.º 114 – 1º dtº, 1700-579 Lisboa, disse que tinha uma reforma de 200 euros e era deficiente do braço direito. Até 2001 viveu na casa onde sempre vivera desde os três anos de idade com os seus avós paternos, mas nesse ano o tribunal obrigara-a a entregar a casa aos herdeiros. Em 2002 eles tomaram conta da casa, puseram-lhe tudo na rua e mudaram a fechadura. Uma senhora sua vizinha acolheu-a, só que essa senhora tinha já 86 anos, estava na iminência de falecer e não tinha para onde ir viver. Aliás, uma vizinha incitava os filhos a agredirem-na, tanto verbal como fisicamente, pelo que vinha à Assembleia Municipal pedir uma casa. -----
----- Informou que fez um pedido à Câmara no dia 1 de Junho de 2005, que tinha o n.º de processo 18.154/DMSC/05. -----
----- **A Senhora Presidente** solicitou à munícipe a entrega da documentação referida, para que a Mesa pudesse dar sequência à solicitação. -----
----- **A Sra. D. Maria da Glória Lucas Manhiça Cuna**, moradora na Calçada da Tapada, 127-3º, 1300-548 Lisboa, disse que tinha uma filha numa cadeira de rodas que frequentou um colégio de ensino especial até aos 24 anos e, porque nesse colégio só podiam estar até essa idade, desde o ano passado que estava em casa porque não podia sair à rua visto que a casa não tinha elevador, para ir às consultas ao Alcoitão tinha que pedir aos bombeiros e às vezes não conseguia arranjar transporte, razão porque tem perdido muitas consultas. -----
----- Disse que já fez uma exposição a Câmara a pedir uma casa, mas nada tendo conseguido vinha agora pedir que a ajudassem a arranjar uma casa, nem que fosse a pagar a mesma renda que pagava na cada onde morava, só para que a sua filha pudesse sair à rua e não tivesse que ficar presa em casa. -----
----- Referiu que quando a menina era mais pequena, quer ela quer o marido desciam e subiam as escadas com ela às costas, mas agora tinha um problema gravíssimo na coluna, tinha duas vértebras desfeitas e já não podia fazer isso. -----
----- Disse, ainda, que procurara uma escola de formação profissional onde ela pudesse fazer o curso que queria fazer, mas ela não pôde ir porque tinha que descer e subir as escadas todos os dias e isso não era possível. -----
----- **A Senhora Presidente** solicitou a uma funcionária dos Serviços de Apoio que tomasse todos os elementos da munícipe que acabara de intervir, para que se pudesse encaminhar aquilo que pediu. -----
----- **A Sra. D. Maria Cidália Mesquita Figueiredo**, moradora na Rua Prof. Mário Chicó, n.º 5-loja, 1600-581 Lisboa, falando na qualidade de advogada em representação da Associação de Residentes de Telheiras, disse que vinha trazer à Assembleia a grande preocupação que lhes provocara a proposta 427/2007, que foi aprovada pela Câmara Municipal, e que se reportava ao destino a dar à Quinta da Paz. -----
----- Sabiam todos que a Quinta da Paz é uma quinta histórica, património da Cidade de Lisboa, e tinha um significado muito especial para os residentes da Freguesia do Lumiar. Embora não fosse uma pertença dos residentes da freguesia uma vez que era património da cidade, pela proximidade, pelo sentimento de pertença e pela participação cívica que têm tido os residentes de Telheiras e da Freguesia do Lumiar e

da sua capacidade de intervenção neste tipo de questões, realmente nesta altura não podiam ficar sem agir e sem trazer à Assembleia Municipal as suas preocupações. -----

----- Nessa proposta estavam contidas três deliberações, cada uma delas mais preocupante que a outra. -----

----- Sobre esse património, que variadíssimas vezes tem sido objecto de referência e de intervenção da Associação, quer como cidadãos individuais, quer como membros da Associação, tem sido muitas vezes referido ao Município o estado de degradação e de abandono em que se encontrava. Apesar disso, a Câmara Municipal não achava que fosse suficientemente importante essa questão e deixou que a quinta fosse completamente vandalizada, saqueada e ficasse praticamente sem nenhuma utilidade. --

----- Por várias vezes essa preocupação foi levada aos responsáveis e aos decisores do Município, lembrava-se que a última vez que falaram desta questão foi numa reunião que tiveram, na Associação, com os decisores do Município que lá se deslocaram, e que foi presidida pelo Sr. Director dos Espaços Verdes da Câmara Municipal. Nessa altura fizeram referência ao estado em que a quinta se encontrava e mostraram inclusivamente fotografias, aparentemente os responsáveis da Câmara mostraram preocupação e prometeram que alguma coisa iriam fazer relativamente à situação que estava ali a ser discutida. -----

----- Por isso, foi com grande surpresa que souberam que a solução que a Câmara encontrara para resolver esse problema, que a própria Câmara deixara crescer pelo abandono a que votara esse património, foi decidir vendê-lo em hasta pública, assim como decidira também na proposta, o que era ainda mais grave, desanexar do imóvel do resto da envolvente, isto é dos terrenos que fazem parte da quinta, o que era extremamente grave porque com esse acto a Quinta da Paz deixava de ser a Quinta da Paz porque ela só era uma quinta histórica com o edifício, com o tanque de rega, com o terreiro de acesso e com os campos de recreio que a envolviam. Se desanexavam os terrenos que estavam em volta do edifício, a Quinta Nossa Senhora da Paz deixava de ser quinta e ficava lá apenas um edifício qualquer. -----

----- Depois, havia também um critério de atribuição do valor de base de licitação, e sendo que se tratava de um património histórico não sabia com que base é que esse valor foi encontrado. -----

----- Acrescia que ficava um terreno desanexado em relação ao qual as condições do acordo tinham quase como que um apelo aos senhores promotores imobiliários porque ficavam 7.790 m² de terreno livre para, como era óbvio, posteriormente serem urbanizados. -----

----- Solicitou à Assembleia Municipal que repensasse a proposta e a retirasse, procurando encontrar uma melhor solução para preservar esse património da cidade, que merecia ter um fim mais digno que aquele que era proposto pelo Executivo camarário. -----

----- Por fim, disse que a Associação dos Residentes de Telheiras e da Freguesia do Lumiar, iam-se mobilizar-se para travar esta proposta, e pediam aos lisboetas, visto que se tratava dum património da cidade, que os apoiassem no esforço que iam desencadear nesse sentido. -----

----- Entregou na Mesa uma carta com o pedido da Associação para que fosse distribuída. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu a palavra ao Sr. Vereador António Prôa para dar esclarecimentos relativamente à última intervenção do público, mas porque houve desacordo da parte do Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP, com o argumento de que os esclarecimentos deveriam ser prestados no período de Antes da Ordem do Dia, a Sra. Presidente acrescentou que do ponto de vista formal era verdade que assim era, mas quem ficava prejudicada era a munícipe que teria que aguardar pelo PAOD para então ter a resposta. -----

----- Mas era evidente que isto tornava mais necessário e mais urgente a revisão do Regimento que hoje tinham para votar. Portanto, a resposta do Sr. Vereador seria reconduzida para o PAOD porque não tinham ainda a revisão do Regimento aprovada, mas não sem que a Mesa dissesse que embora tendo o Sr. Deputado Municipal Modesto Navarro razão formalmente, não tinha nenhuma razão material. -----

----- Portanto, terminado o período de intervenção do público deu o mesmo por encerrado, declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 9, 10, 11 e 12** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas e como ninguém se desejou pronunciar sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham para votar dois votos de pesar, o primeiro dos quais, subscrito pelo PCP, tinha o seguinte teor: -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- “Em Agosto passado faleceu Jaime Tiago de Melo Relvas, que foi Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira de 1982 a 1993, desempenhando também activamente, nesses anos, o cargo de Deputado da Assembleia Municipal de Lisboa. ----

----- Desenvolveu uma acção muito positiva na Junta e nesta Assembleia Municipal, destacando-se pela participação intensa, pela intervenção e dedicação à Freguesia que representava e à Cidade. -----

----- Jaime Relvas foi antifascista e activista do MUD Juvenil, MUD e MND e era membro do PCP desde 1974. Desempenhou cargos políticos em órgãos do PCP em Lisboa e foi dirigente de Colectividades de Cultura e Recreio, dando muito da sua vida e generosidade ao desenvolvimento local e à vida democrática e participada na Cidade.

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 26 de Setembro de 2006, lamenta o seu desaparecimento, apresenta as mais sentidas condolências à sua Família e recomenda à Câmara Municipal que atribua o seu nome a uma rua ou local da Freguesia da Ameixoeira, que ele tanto amou e ajudou a engrandecer.” -----

----- Terminada a leitura, submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- O segundo voto de pesar, subscrito pelo PS, tinha o seguinte teor: -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- “No passado dia 10.09.2006 faleceu José António Borja Santos dos Reis Borges, com 72 anos de idade. -----

----- Natural de Santiago, Cabo-Verde, a biografia de Reis Borges dá-nos conta de um percurso de vida à causa pública através do desempenho de diversas funções de natureza política e social. -----

----- Militante do Partido Socialista e membro da secção do Lumiar desde 1975, foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa (1977-82), sendo líder da bancada socialista. -----

----- Foi ainda membro do Secretariado da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS, membro da Assembleia de Freguesia do Lumiar e Deputado à Assembleia da República (1983-85). -----

----- Engenheiro Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, especializou-se em planeamento e gestão de aeroportos, tendo ficado reconhecido pelos seus diversos projectos na área da aeronáutica. -----

----- Presidiu à Secção de Estradas, Caminho-de-Ferro e Aeródromos do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes desde 1998 até à sua aposentação, em 2004. -

----- Representou o país chefiando algumas delegações nacionais em diversas reuniões internacionais. -----

----- De José Reis Borges recordaremos sempre o homem corajoso, frontal, solidário e lutador pelos ideais democráticos e da solidariedade. -----

----- A Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de José António Reis Borges e manifesta à família as mais sentidas condolências.” -----

----- Terminada a leitura submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Finda a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as moções e recomendações, em relação às quais ocorreram as seguintes alterações: -----

----- A Moção n.º 1, subscrita pelo PSD, foi objecto de fusão com a Moção n.º 12, subscrita pelo PCP, que foi retirada, passando a Moção n.º 1 a ser subscrita também pelo PCP. -----

----- Relativamente à Moção n.º 16, disse que foi retirado o texto inicialmente distribuído sendo substituído por um novo texto consensual da Comissão. E também a Moção n.º 17 passava a ser subscrita por todas as forças com assento na Assembleia. ---

----- Mas quando se passasse à votação das moções daria conta da redacção final e dos acertos feitos em cada uma das moções. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “Juntas” Pela Mobilidade -----

----- “A Cidade de Lisboa é uma cidade de características e de vivências muito díspares, algo bem presente no contraste entre bairros e bairrismos. -----

----- Viver Lisboa é muito mais do que passear pelas suas ruas, é muito mais do que ir de um ponto “A” a um ponto “B”. -----

----- Lisboa é feita de pessoas, com ritmos diários, sempre na procura de uma melhor qualidade de vida. Lisboa é feita de gente que trabalha, que estuda, que passeia, de gente mais nova e gente menos nova. Lisboa é casas, é negócios. Lisboa é o Rio, é as colinas, é a história! -----

----- Lisboa é também uma cidade em evolução, sempre na busca de mais oferta e como tal tudo o que gira à volta desta dinâmica tem de acompanhar essa evolução. Os hábitos vão evoluindo e as necessidades também. Para manter um nível de resposta adequado entendeu-se que num dos pilares da vida de Lisboa, o da Mobilidade, os transportes urbanos de superfície deveriam ser concessionados a apenas uma empresa, para garantir um verdadeiro serviço público. -----

----- E assim tem sido a CARRIS S.A., uma empresa que se dedica ao transporte, em regime de exclusividade, de todos aqueles que se querem deslocar à superfície. Esse transporte regular condicionou, ao longo dos anos, aspectos da vida da cidade, sejam eles relacionados com o comércio local, com a localização de pequenas empresas, com os centros de saúde e centros de apoio social, com os hospitais, em suma com muito daquilo que é esta cidade. -----

----- Assim podemos dizer que Lisboa também é a CARRIS! -----

----- A CARRIS S.A. é uma empresa participada por capitais públicos com uma missão: garantir um bom serviço público de transporte aos lisboetas. -----

----- Em meados de Julho de 2006 foi tornado público um plano de reestruturação da sua rede, com o objectivo salutar de a melhorar, de a evoluir para acompanhar a própria cidade. Num primeiro momento estranhou-se o facto de um plano desta dimensão ter sido desenvolvido longe de tudo e todos, longe de Lisboa. -----

----- Em reunião de Câmara, no mesmo mês, os representantes dos Municípios de Lisboa eleitos para aquele órgão, manifestaram-se unanimemente contra. A CARRIS S.A., inabalável, prosseguiu contactando, durante o mês de Agosto e em separado, as várias Freguesias, Autarquias de maior proximidade com a população, e sempre numa postura informativa procurou transmitir-lhes todas as alterações. -----

----- As reacções não se fizeram esperar! Cumprindo com responsabilidade a sua missão, as Juntas de Freguesia foram recolhendo o *feedback* de todos quantos os que poderiam ser afectados. Posteriormente procuraram alertar a CARRIS S.A. com contributos para o melhoramento do plano de reestruturação. Como resposta tiveram disponibilidade para o diálogo mas inflexibilidade para ajustes! -----

----- Perante este cenário várias Juntas, de forma separada, procuraram desenvolver iniciativas com o objectivo de contestar alterações que acreditavam prejudicar a qualidade de vida dos seus Fregueses e contestar o facto de a CARRIS S.A. não levar a sério algo que deveria estar contemplado desde a primeira hora no plano de reestruturação: contributos que resultam do *feedback* daqueles a quem o serviço é destinado, com o objectivo de melhorar. -----

----- Hoje essas Juntas uniram-se com o objectivo de reforçar esse apelo, em nome das suas populações. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26 de Setembro de 2006, delibera: -----

----- a) Reconhecer a necessidade, transmitida pelas Juntas de Freguesia reunidas nesta moção, da existência de planos de reestruturação da rede de transportes da CARRIS mas que devem, no entanto, ser desenvolvidos em parceria com as instituições que melhor podem informar sobre o seu impacto negativo e contribuir para o minimizar, onde as Juntas de Freguesia se incluem; -----

----- b) Reforçar a importância para a cidade de Lisboa e para os seus Municípios de um Horário de Transporte Nocturno alargado, de uma maior duração da validade do bilhete (de uma para duas horas) e da necessidade de corrigir algumas alterações nos percursos das Carreiras que tiveram um impacto bastante negativo na qualidade de vida da população; -----

----- c) Apoiar as iniciativas, actuais ou futuras, das Juntas de Freguesia, na prossecução dos objectivos referidos na alínea a); -----

----- d) Recomendar à Câmara Municipal que colabore e apoie todos os esforços das Juntas de Freguesia, inclusivamente do ponto de vista técnico, que visem o reconhecimento, por parte da CARRIS S.A., da necessidade de efectuar ajustes à denominada “Rede 7” para ir ao encontro de situações significativas que prejudiquem todos aqueles que “circulam” em Lisboa; -----

----- e) Criticar a decisão do Conselho de Administração da CARRIS de implementar a Rede 7, ignorando o parecer da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- f) Reprovar o apoio dado pela Direcção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais e pelo Governo a estas alterações.” -----

----- (Inicialmente subscrita pela PSD, foi depois fundida com a Moção n.º 12, apresentada pelo PCP, passando a ser subscrita pelos dois partidos) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Os princípios da autonomia das Autarquias Locais e da descentralização administrativa estão consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP), respectivamente nos seus artigos 6º e 237º, sendo orientadores da distribuição de atribuições, competências e recursos entre o Estado e as Autarquias Locais e respectivos órgãos. -----

----- O artigo 238º da CRP prevê de forma inequívoca que “O regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau”. -----

----- A Tutela administrativa a ser exercida sobre as autarquias locais, de acordo com o artigo 242º, “...consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos e é exercida nos casos e segundo as formas previstas na lei.” -----

----- Por último, a própria CRP garante, no seu artigo 288º - Limites materiais da revisão, que as leis de revisão constitucional terão de respeitar a autonomia das autarquias locais.

----- É publicamente reconhecida a necessidade de promover uma política de descentralização, para que o Estado Central e Local possam cumprir adequadamente as suas funções, garantindo o desenvolvimento equilibrado e sustentado do País, permitindo

uma justa distribuição de recursos a nível regional e local e corrigindo as assimetrias existentes. -----

----- Atendendo a este conjunto de pressupostos, a Proposta de Lei de Finanças Locais a apresentar pelo Governo na Assembleia da República no próximo dia 11 de Outubro vem pôr em causa: -----

----- - A Constituição da República Portuguesa; -----

----- - O princípio da neutralidade que o próprio Governo afirma querer manter; na verdade a Proposta de Lei no seu artigo 29º aceitar variações negativas até 5% ou 2.5%, por ano, dependendo da capitação de impostos locais ser respectivamente superior ou inferior a 1.25 da média nacional; -----

----- - A responsabilidade fiscal do Estado, ao transferir para as autarquias locais a decisão sobre a eventual descida do IRS a pagar pelo contribuinte, quando 95% das receitas são da Administração Central; -----

----- - As receitas das autarquias locais, ao manter, no artigo 12º da Proposta de Lei (Isenções e benefícios fiscais), a isenção do imposto municipal sobre imóveis (IMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) para os imóveis propriedade do Estado, das Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e de organismos, ainda que personalizados, compreendendo os Institutos Públicos. Esta medida penaliza todas as autarquias, mas especialmente a autarquia de Lisboa enquanto Capital (Custos de Capitalidade), onde se situa a quase totalidade dos referidos imóveis. -----

----- A Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a Proposta de Lei de Finanças Locais, assumiu a posição de a rejeitar: -----

----- “A ANMP rejeita inequivocamente a Proposta de Lei de Finanças Locais que o Governo submeteu a aprovação ao Conselho de Ministros...” (...) “Rejeitamos que na proposta surjam perdas de legítima autonomia política e administrativa que a Constituição da República Portuguesa consagra, aceitando a ANMP todas as regras que visem melhorar a gestão autárquica, que lhe garantam uma maior transparência, mas nunca permitiremos que qualquer Ministério, ao arrepio da Lei Fundamental, decida sobre aspectos da gestão municipal.” -----

----- É de salientar que o Conselho Directivo da ANMP decidiu, por unanimidade, a convocação de um Congresso Extraordinário para o próximo dia 4 de Outubro, para a discussão da Proposta de Lei das Finanças Locais, a qual, em absoluto, não pode ser encarada como um assunto encerrado. -----

----- É necessário obter um largo consenso nacional para, com sucesso, conseguir travar a aprovação desta lei nos moldes presentes, a qual constitui um verdadeiro ataque ao poder local e à sua independência. Este objectivo exige também a participação e o envolvimento dos autarcas do Partido Socialista, em particular os da Assembleia Municipal de Lisboa.

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26 de Setembro de 2006, delibera:

----- 1. Manifestar profunda preocupação e desagrado pelo facto de o Governo não ter mostrado a mínima abertura a um diálogo construtivo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----- 2. Declarar inteira concordância com as posições da ANMP e CML e solidarizar-se com as acções desenvolvidas por estas até ao momento presente. -----

----- 3. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que mantenha a Assembleia Municipal informada sobre o desenvolvimento desta matéria. -----

----- 4. Dar a conhecer a presente Moção a todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro de Estado e das Finanças e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Nelson Coelho, do PSD). -----

MOCÃO NÚMERO TRÊS

----- “Considerando o arrastar das obras de reabilitação do Túnel do Rossio, cuja conclusão se prevê, agora, para 2008; -----

----- Considerando os prejuízos que tal situação acarreta para a Cidade de Lisboa e para todos aqueles que nela vivem e trabalham; -----

----- Considerando os avanços e recuos entre a REFER e o consórcio de construtoras a quem foi adjudicada a obra, seja quanto aos prazos de conclusão da mesma, seja em matéria de responsabilidades, seja quanto a eventuais consequências contratuais; -----

----- Considerando que terão sido alegadas razões de segurança como fundamento para o não cumprimento dos prazos e para a conseqüente necessidade de adiar a conclusão da obra; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26 de Setembro de 2006, delibera: ----

----- 1. Manifestar a sua profunda preocupação com o arrastar destas obras e com as respectivas consequências para Lisboa, bem como com a aparente dissonância entre as diversas entidades com responsabilidade directa nesta intervenção. -----

----- 2. Solicitar informação, urgente, ao Ministério das Obras Públicas sobre o ponto de situação desta obra e sobre as condições em que a mesma se tem desenvolvido, nomeadamente na área da segurança. -----

----- 3. Dar a conhecer esta Moção ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Obras Públicas e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, em nome do Grupo Municipal do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO QUATRO

----- “Em Julho passado, fomos surpreendidos com afirmações do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, nos termos das quais existem empresas municipais que são “puramente fictícias e algumas são uma forma de endividamento escondido das autarquias”, afirmações estas que temos de presumir fundadas no conhecimento de situações reais, considerando as especiais responsabilidades deste membro do Governo na tutela das Autarquias Locais. -----

----- Nos termos da Lei, a competência para a criação de empresas municipais reside nas Assembleias Municipais, pelo que tais suspeições não deixarão de recair sobre a Assembleia Municipal de Lisboa que, durante os anos 90, com a maioria PS/PCP, criou a maior parte das empresas municipais existentes neste Município. -----

----- Tendo, através da Mesa, sido solicitado a esclarecer da aplicação das suas afirmações a empresas municipais em Lisboa, o Secretário de Estado não deu qualquer esclarecimento até hoje. -----

----- Pela sua generalização, e ausência de esclarecimentos, estas afirmações são susceptíveis de lançar um ambiente de suspeição sobre todos os Municípios e todas as empresas municipais, e também sobre Lisboa, que temos por inaceitável, e que não favorece a transparência, a credibilização e a responsabilização das Instituições. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26 de Setembro de 2006, delibera:

----- 1. Considerar inaceitáveis, pela generalização e pelo ambiente de suspeição assim criado, as declarações proferidas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, relativas às empresas municipais. -----

----- 2. Insistir para que aquele membro do Governo esclareça esta Assembleia Municipal: -----

----- a) Sobre a existência de alguma Empresa Municipal no Município de Lisboa que “seja fictícia” ou seja uma “forma escondida de endividamento da autarquia”; -----

----- b) Em caso afirmativo, indicação da(s) mesma(s). -----

----- 3. Dar a conhecer esta Moção ao Primeiro-Ministro, ao Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, em nome do Grupo Municipal do PSD) -----

MOÇÃO NÚMERO CINCO

----- “De acordo com a opinião de vários peritos a capacidade do actual Aeroporto da Portela em Lisboa encontra-se praticamente esgotada pelo que é necessário a construção de um novo aeroporto. -----

----- Têm sido discutidas várias localizações para este novo aeroporto, sendo opinião do Senhor Primeiro-Ministro e do actual Governo que o novo aeroporto se deve localizar na Ota, suportando esta decisão em alguns estudos, na sua maioria desconhecidos. -----

----- Não são, no entanto, conhecidos da opinião pública estudos de impacto social e económico ou de relação custo/benefício social referentes à mudança da Portela para a Ota. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 20 de Dezembro de 2005 solicitou inclusivamente ao Governo o envio do estudo de uma empresa de consultoria sobre o impacto em Lisboa da transferência da Portela para a Ota do Aeroporto de Lisboa, estudo este ainda não enviado a esta Assembleia. -----

----- É inequívoco que a transferência do Aeroporto Internacional de Lisboa para a Ota implicará um enorme impacto social e económico na cidade de Lisboa da qual esta Assembleia não se pode nem deve alhear. -----

----- É inequívoco que a opção pela Ota não é pacífica nem do ponto de vista técnico nem político. -----

----- É inequívoco que não são conhecidos os elementos suficientes que levem a optar pela Ota em detrimento de outras localizações possíveis. -----

----- E, no mesmo momento em que o Governo já tomou a sua decisão, são conhecidas notícias em que é o próprio Governo que pretende transferir para os privados a decisão da localização do novo aeroporto, numa tentativa de minorar os custos políticos de tal decisão. -----

----- Não nos parece possível nem aceitável que seja um qualquer consórcio privado a ter a decisão da localização do novo aeroporto, passando ao lado de Lisboa e dos lisboetas.

----- A nossa responsabilidade enquanto eleitos pelos lisboetas implica que esta Assembleia seja, agora mais do que nunca, o motor de um amplo debate sobre a localização do novo Aeroporto de Lisboa e das inevitáveis consequências para a cidade contribuindo activamente para o encontrar da melhor solução para Lisboa e para o País. --

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 26 de Setembro de 2006 delibera: -----

----- Promover um debate, nos termos regimentais, sobre o novo Aeroporto de Lisboa, envolvendo no mesmo as forças vivas da cidade, garantindo desta forma um real debate envolvendo as várias soluções possíveis.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Penedo, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Assunto: Cativação à Banca das receitas das rendas dos Bairros Sociais -----

----- “Por proposta da Vereadora Maria José Nogueira Pinto, a maioria de direita da Câmara Municipal de Lisboa aprovou, na reunião de 20 de Setembro último, a venda à banca das rendas dos bairros sociais de Lisboa que a empresa Gebalis, responsável pela gestão dos bairros, receberá nos próximos 12 anos. -----

----- Importa realçar que as dificuldades financeiras que atingem a Gebalis decorrem, exclusivamente, da forma como a anterior gestão de Santana Lopes/Carmona Rodrigues lidou, irresponsavelmente com esta empresa municipal, uma vez que, para além do despesismo que imprimiram, celebraram com a Gebalis diversos contratos-programa que obrigaram esta empresa a substituir-se à Câmara em obras de conservação e recuperação, não tendo a autarquia cumprido com as respectivas contrapartidas financeiras a que estava obrigada pelos contratos-programa celebrados. -----

----- Como a fonte de receitas desta empresa municipal se limita às rendas que cobra, facilmente se conclui que esta operação financeira agora preparada pela gestão Carmona Rodrigues/Nogueira Pinto provocará a paralisia da mesma a médio prazo logo que esgotada a verba negociada com a banca, a qual, seguramente, servirá para suprir as dívidas contraídas. -----

----- Assim, para além de contrária aos interesses da empresa, esta operação financeira, eticamente indefensável, uma vez que aliena receitas que ultrapassam os limites do actual mandato da maioria que governa a cidade, vem evidenciar quão desesperado é o actual momento financeiro da autarquia de Lisboa. -----

----- Com efeito, a gestão do PSD/CDS na cidade de Lisboa, que já perdura há mais de 6 anos, é a primeira e única responsável pela situação de descalabro financeiro da Câmara Municipal. À gestão megalómana e mediática do anterior mandato, do qual Carmona Rodrigues foi sempre um elemento preponderante - caracterizada pelo despesismo na publicidade e propaganda, obras faraónicas como o Túnel do Marquês e pagamentos ao Arquitecto Ghery, e aumento significativo de assessores e avençados - segue-se a presente gestão, liderada por Carmona Rodrigues e Nogueira Pinto, onde não só se confirmam as iniciativas despesistas do anterior mandato, como até se ampliam, em muitos casos, os factores de despesa, com grave prejuízo para o investimento municipal na cidade e para o prestígio da autarquia. -----

----- Infelizmente para a cidade, a Câmara de Lisboa, tem má fama porque é uma Câmara que não paga as suas dívidas, nomeadamente as de curto e médio prazo, isto é, não paga aos seus fornecedores. -----

----- É à luz deste quadro que se deve interpretar este endividamento encapotado de cerca de 100 milhões de euros, eticamente inaceitável e comprometedor para os próximos 12 anos. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1º - Manifestar a sua rejeição à concretização desta operação financeira que não passa de uma mera operação de endividamento encapotado; -----

----- 2º - Responsabilizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a maioria política que o sustenta, pela actual situação de descalabro financeiro da autarquia da cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do Grupo Municipal do PS) --

MOCÃO NÚMERO SETE

----- Assunto: Abertura do Túnel do Marquês -----

----- “Desde a eleição do Dr. Santana Lopes e Eng. Carmona Rodrigues como primeiros responsáveis pela gestão autárquica na cidade de Lisboa que se vem construindo uma autêntica “novela” sobre o Túnel do Marquês, tendo como principais protagonistas as personalidades citadas e como enredo dominante uma história de trapalhadas e incompetência. -----

----- Tudo começou com o concurso público que deixou de o ser, seguindo-se uma “escandalosa” desorçamentação do caderno de encargos para que a obra pudesse ser adjudicada directamente passando pelo crivo do Tribunal de Contas e, finalmente, todas as trapalhadas relacionadas com o necessário estudo de impacte ambiental. -----

----- Tivemos paralelamente uma sucessão de anúncios de datas para a sua inauguração, prevista para 2004, de seguida para 2005 e agora, em 2006, sem data credível para o seu término. -----

----- Esta situação evidenciou o modo incompetente como a Câmara Municipal lidou com este “dossier”, não tendo até ao momento sido capaz de apresentar urna solução tecnicamente satisfatória para o Metropolitano de Lisboa e para o LNEC, no que se refere à construção da parte do túnel que passa junto da galeria do Metropolitano, por debaixo da estátua do Marquês. -----

----- Está assim a cidade confrontada com uma obra que em nosso entender criará ainda mais problemas à mobilidade e inacabada, com os troços do túnel entre as Amoreiras e o Marquês já construídos (cruzamentos na Rua da Artilharia Um e Rua Castilho), mas sem que aos mesmos se lhes dê alguma utilidade. -----

----- Para o Partido Socialista não estando em causa a sua posição de sempre - de que se trata de um projecto prejudicial para a cidade, em termos ambientais, de aumento de volume de tráfego causado pela entrada em Lisboa de mais alguns milhares de veículos automóveis de transporte individual com as consequências inerentes de dificultar ainda mais a mobilidade e o estacionamento - chegou o momento de se encontrarem as soluções que atenuem esta enorme trapalhada que tanto prejudica no dia-a-dia os cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa. -----

----- Não ignorando o volume de investimento já efectuado e a concretização de uma parte substancial deste projecto - os referidos desnivelamentos - o Partido Socialista não compreende porque é que a Câmara Municipal de Lisboa não os coloca desde já à disposição dos cidadãos no único modo que poderá ajudar a cidade: abrir ao trânsito a componente do túnel já construído entre as Amoreiras e o Marquês de Pombal, no sentido ascendente, isto é de Lisboa para fora, com o objectivo de facilitar uma saída mais rápida da cidade. -----

----- Nesse sentido o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal da cidade de Lisboa recomende ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o seguinte; -----

----- 1º - Que diligencie no sentido da abertura, o mais rápido possível, no sentido ascendente - de Lisboa para fora - do túnel já construído e que corresponde aos desnivelamentos dos cruzamentos das ruas Castilho e Artilharia Um e da Praça das Amoreiras, com o desenvolvimento dos estudos de prevenção rodoviária e monitorização; -----

----- 2º - Que informe esta Assembleia Municipal do efectivo ponto de situação da componente técnica do restante troço do Túnel e sua respectiva apreciação pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Metropolitano de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do Grupo Municipal do PS) --

----- **MOCÃO NÚMERO OITO** -----

----- Assunto: Quinta Nossa Senhora da Paz -----

----- “Contrariando uma recomendação apresentada pela bancada do PEV e votada favoravelmente por todas as bancadas nesta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal de Lisboa anunciou a intenção de alienar o património da Quinta da Nossa Senhora da Paz, situada na freguesia do Lumiar. -----

----- A Quinta da Nossa Senhora da Paz é um prédio misto municipal, correspondendo a 4.500 m² a totalidade da parte urbana e os restantes 7.790 m² à componente rústica. Esta Quinta possui um valor patrimonial significativo, um conjunto de singular importância, incluído nas Quintas e Jardins Históricos de Lisboa. -----

----- É um Jardim único pela estrutura arbórea, com árvores centenárias e o seu edifício principal, apresenta trabalhos e pinturas notáveis, com uma azulejaria que faz dele um edifício de grande beleza arquitectónica e artística. Este imóvel está devidamente inserido na zona histórica do Lumiar, constituída por quintas e edifícios de alto valor patrimonial.

----- Pela sua proximidade ao Museu do Traje e do Teatro, a sua reabilitação como Museu do Brinquedo e da Criança seria um enquadramento perfeito. -----

----- A proposta recentemente aprovada em sede de reunião da Câmara desvirtua este princípio suscitando dúvidas sobre a sua utilização futura. -----

----- Considerando o seu alto valor patrimonial, o seu perfeito enquadramento na zona histórica do Lumiar e a sua excelente localização e condições privilegiadas para utilização pública, numa possível articulação com os Jardins da Mahtma Gandhi, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

----- 1º A continuação da Quinta da Nossa Senhora da Paz como património municipal; --

----- 2º - Que seja requalificado o seu Jardim; -----

----- 3º - Que seja dada continuação ao estudo de transformação do edifício principal em
Museu do Brinquedo e da Criança.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do Grupo Municipal do PS) --

----- **MOCÃO NÚMERO NOVE** -----

----- Assunto: EPUL -----

----- “Nos últimos tempos têm vindo a público várias informações e notícias sobre
práticas menos claras de actos de gestão da EPUL e de empresas subsidiárias. -----

----- Perante estes factos e notícias as explicações dadas pelo Sr. Presidente da
Câmara Municipal e pelo Sr. Vice-Presidente têm sido insuficientes, contraditórias,
pouco esclarecedoras e só têm ajudado a aumentar ainda mais a perplexidade dos
cidadãos. -----

----- Não basta dizer que se reportam a mandatos anteriores, aliás, também do
PSD/CDS, ou a afirmar num dia, a convicção na ilegalidade de decisões tomadas e
noutro momento, pela voz do Sr. Presidente da Câmara, manifestar a sua confiança e
solidariedade no Presidente do Conselho de Administração da empresa. -----

----- Para além dos factos eticamente reprováveis e de duvidosa legalidade e
politicamente indefensáveis respeitantes ao prémio de gestão aparentemente auto-
atribuído pelo Conselho de Administração, estamos confrontados com uma situação
que configura uma questão de grande gravidade: -----

----- - a existência de comissões pagas a uma empresa detida pela EPUL, a
IMOHIFEN e a divisão dessas mesmas comissões com uma imobiliária privada, a
FINDLAND. -----

----- Os cidadãos de Lisboa exigem um cabal esclarecimento, uma vez que são várias
as questões que se encontram sem respostas convincentes. -----

----- Nesse sentido o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia
Municipal delibere solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa as
seguintes informações: -----

----- 1º - Quando é que a tutela deu (e se deu) instruções ao Presidente do Conselho
de Administração da EPUL para auferirem de um prémio de gestão? -----

----- 2º - Qual o motivo que levou a IMOHIFEN, cuja função é a mediação
imobiliária, a dividir metade dos seus ganhos com uma imobiliária privada, a
FINDLAND? -----

----- 3º - Como é que a IMOHIFEN paga comissões à FINDLAND, de um negócio
realizado em 2003 quando esta só se constituiu em 2004? -----

----- 4º - Qual o critério e motivo de escolha desta imobiliária e não outra?” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do Grupo Municipal do PS) --

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- Por um sistema público, universal e solidário da Segurança Social -----

----- “Um sistema público, universal e solidário da Segurança Social, é aquele que
sempre defendemos. Trata-se de uma matéria que interessa profundamente a todos os
portugueses e portuguesas, pois é a Segurança Social que garante à esmagadora
maioria da população portuguesa um rendimento para viver, quando se encontra

doente, quando perde o emprego, quando se reforma, ou quando, por qualquer razão, não tem meios de subsistência. -----

----- Para se fazer uma ideia da importância de que se reveste a Segurança Social, basta recordar alguns dados disponibilizados pela mesma, relativos a Junho de 2005, onde se verifica que o número de abonos de família pagos ultrapassava 1.688.000 e o número de reformados a receberem uma pensão da Segurança Social rondava 2.700.000, ou seja, cerca de 26% de toda a população portuguesa. Este é apenas um exemplo, pois poder-se-iam referir aqueles que recebem subsídio por doença; os beneficiários do Rendimento Social de Inserção; os beneficiários do subsídio de desemprego. Estes números são suficientes para mostrar a grande importância que tem a Segurança Social para a maioria dos portugueses, até porque as diferentes prestações beneficiam a generalidade da população. -----

----- Importa recordar que as reformas da Segurança Social que os Governos PSD/PP e agora o Governo do PS têm vindo a apresentar resultam em mais sacrifícios para os mais sacrificados. Senão vejamos um pouco da nossa história recente: A Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto, aprovada na Assembleia da República, que se designou Lei de Bases da Segurança Social, reuniu um amplo consenso social e político e resultou de um longo processo de debate público. Esta Lei necessitaria apenas de ser adequadamente regulamentada no seu todo, em cumprimento quer dos objectivos nela expressos, quer do Acordo sobre Modernização da Protecção Social, celebrado em sede de concertação social. -----

----- O que se seguiu foi a apresentação de um modelo de redução do papel do Estado na garantia do direito à Segurança Social. -----

----- O que se segue, e vejamos as diversas propostas do “bloco central de interesses” que nos últimos dias têm vindo a público sobre o sistema de Segurança Social, são propostas que insistem numa alteração à concepção de sistema de segurança Pública, visando uma significativa redução das pensões e transferindo para os privados a capitalização das prestações da responsabilidade dos trabalhadores e mantendo de fora a necessária e possível participação dos empregadores. -----

----- E porque estamos perante uma matéria de relevante interesse nacional e com implicações profundas na vida de todos os portugueses, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibere: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade da existência de um sistema público de Segurança Social forte, universal e solidário; -----

----- 2. Manifestar o seu mais veemente repúdio por um modelo que pretende pôr em causa a solidariedade entre trabalhadores e gerações, bem como, colocar o património construído pelos trabalhadores à mercê da gula do capital; -----

----- 3. Dizer, não a uma Segurança Social para ricos e outra para pobres, exigindo que se retome o processo de regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social aprovada na Assembleia da República, no ano 2000 (Lei n.º 17/2000 de 8 de Agosto); -----

----- 4. Proceder à divulgação desta moção através dos Órgãos de Comunicação Social; -----

----- 5. Dar conhecimento da mesma, à Câmara Municipal de Lisboa e aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo. -----

----- 6. Apelar à participação na Manifestação de protesto, convocada pela CGTP-IN, que terá lugar no dia 12 de Outubro, com concentração pelas 15 horas, no Rossio.” -
----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

----- **AINDA A ESCOLA D. JOÃO DE CASTRO** -----

----- “Considerando que a Escola D. João de Castro não é uma Escola qualquer. É, provavelmente o melhor equipamento de ensino público da Cidade de Lisboa, possuindo instalações de excepção, nomeadamente amplos espaços desportivos nos 3 hectares que ocupa; -----

----- Considerando que nessas óptimas instalações, o Estado fez recentemente vultuosos investimentos em obras e equipamentos; -----

----- Considerando que o encerramento desta Escola merece sempre a oposição da Associação de Pais, dos Alunos, dos Professores, dos Funcionários, das Juntas e Assembleias de Freguesia de Alcântara e Ajuda, da Câmara Municipal de Lisboa e muitos Deputados da Assembleia da República; -----

----- Considerando que a Comissão Permanente de Educação da Assembleia Municipal de Lisboa elaborou um relatório claramente contra o seu encerramento; --

----- Considerando que a Comissão Permanente de Educação Ciência e Cultura da Assembleia da República disse no seu relatório “não encontrar razões que sustentem o seu encerramento”; -----

----- Considerando ser inaceitável encerrar-se um equipamento de ensino público numa zona de expansão urbanística futura e onde se prevê um aumento de 40% da população em geral e, naturalmente da população em idade escolar, conforme está plasmado num estudo do Instituto Superior Técnico que o Ministério da Educação conhece; -----

----- Considerando que a perda do número de alunos desta Escola, foi provocada deliberadamente pela DREL ao proibir a matrícula de alunos no 7º e 8º anos e ter retirado o curso de Artes; -----

----- Considerando que esta Escola foi encerrada apesar de ainda estar em apreciação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa uma providência cautelar de suspensão do acto administrativo de encerramento decretado pela DREL; -----

----- Considerando que a matrícula forçada dos alunos noutras escolas, como é o caso das Escolas Rainha D. Amélia, Marquês de Pombal, Josefa de Óbidos, Pedro Nunes, Luís de Camões, Miraflores e Amélia Rey Colaço, em Carnaxide, irá contribuir para o insucesso escolar, irá obrigar muitas famílias a ter maiores despesas e criará mais insegurança para muitos desses jovens. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 26 de Setembro de 2006 delibera: -----

----- 1. Rejeitar o encerramento da Escola D. João de Castro; -----

----- 2. Repudiar a forma como os alunos da Escola D. João de Castro têm estado a ser obrigados a matricular-se noutras escolas; -----
----- 3. Discordar da forma como todo este processo de encerramento se processou ao arrepio da opinião dos órgãos Autárquicos democraticamente eleitos no Município de Lisboa e nas Freguesias de Alcântara e Ajuda e dos Órgãos da Escola; -----
----- 4. Apoiar todas as acções que visem a reabertura da Escola D. João de Castro; -
----- 5. Enviar esta Moção ao Sr. Primeiro-Ministro, Ministra da Educação, DREL, Comissão Parlamentar da Educação Ciência e Cultura da Assembleia da República, Escola D. João de Castro, Associação de Pais dos Alunos da Escola D. João de Castro, Juntas e Assembleias de Freguesia de Alcântara e Ajuda.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Godinho, do Grupo Municipal do PCP) -

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- Esta Moção, subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa, em nome do Grupo Municipal do PCP, tal como a Sra. Presidente referira inicialmente foi fundida com a Moção n.º 1. -----

----- **MOCÃO NÚMERO TREZE** -----

----- “1. Considerando que apesar do contexto de crise financeira do município, dos resultados pouco brilhantes da EPUL e das suas participadas, da resolução do Conselho de Ministros que proíbe os Gestores Públicos de atribuírem prémios aos próprios e de não haver qualquer decisão da Assembleia Geral nesse sentido, são pagos, já no ano de 2006 – com o Eng. João Teixeira como Presidente do Conselho de Administração da EPUL e IMOHIFEN – €15.086,06 por conta de prémios ao Conselho de Administração da IMOHIFEN referentes a 2004 e 2005; -----
----- 2. Considerando que na mesma altura ficámos a saber que a EPUL pagou comissões avultadas à IMOHIFEN por conta da venda, em concurso público, de vários terrenos; e que a IMOHIFEN, em 3 desses concursos públicos, decidiu entregar metade dessas comissões à Sociedade de Mediação Imobiliária privada FIND LAND, num total de €1.323.762,93; -----
----- 3. Considerando que partes significativas dessas comissões (€ 498.891,99) são pagas à FIND LAND já em 2006; -----
----- 4. Considerando que, face à indignação geral e às muitas notícias saídas nos jornais, o Presidente da CML pede à Inspeção Geral de Finanças uma intervenção com carácter de urgência na EPUL e nas suas participadas e só no dia seguinte é que o Presidente do Conselho de Administração da EPUL e da IMOHIFEN rompe o silêncio, realizando uma conferência de imprensa; -----
----- 5. Considerando que em conferência de imprensa, em relação aos prémios pagos ao Conselho de Administração, o Eng. João Teixeira insiste que a devolução destes, indicada pela CML, é “meramente preventiva”, uma vez que estaria por provar que a resolução do Conselho de Ministros se aplicaria neste caso; -----
----- 6. Considerando que em relação às Comissões pagas à FIND LAND, o Eng. João Teixeira, apesar de informar que decidiu que a IMOHIFEN não deverá pagar mais comissões imobiliárias a outras empresas privadas, insistiu que a prática divisão de comissões entre mediadoras imobiliárias é comum, e que se subcontratou FIND LAND

porque esta trouxe para o concurso público o empresário (e aliás, parceiro comercial da EPUL de longa data) Bernardino Gomes; -----

----- 7. Considerando ainda que em conferência de imprensa, o Eng. João Teixeira insistiu, apesar de 4 dos 5 Administradores do Conselho transitarem do Conselho de Administração anterior, que aquele era um Conselho de Administração recente, que tinha tomado posse há menos de um ano; -----

----- 8. Considerando as múltiplas solicitações desta Assembleia Municipal para ver esclarecidas várias situações irregulares da EPUL e que até hoje esta Assembleia Municipal não obteve qualquer resposta; -----

----- 9. Considerando ainda a notícia da comunicação social do passado fim-de-semana que na EPUL teriam sido nomeados 15 directores vitalícios com remunerações completamente fora do quadro remuneratório do município e das empresas municipais que custariam ao município mais de um milhão de euros ano; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 26 de Setembro de 2006, decida: -----

----- 1. Condenar tais actos de gestão dos Conselhos de Administração da EPUL que lesam o interesse público, reclamando a imediata devolução de todos os prémios dos administradores, independentemente de outros procedimentos legais pela violação da lei, bem como condenar o pagamento de comissões de intermediação imobiliária a empresas privadas; -----

----- 2. Criar uma Comissão Eventual de Inquérito à empresa municipal EPUL para análise destas questões, bem como de todas as outras levantadas nesta Assembleia Municipal e até hoje não esclarecidas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- SOBRE AS PROPOSTAS DO “COMPROMISSO PORTUGAL” -----

----- “1. Considerando a reunião do passado dia 21 de Setembro, no Convento do Beato, em Lisboa, do chamado “Compromisso Portugal”, com o objectivo de se afirmar como grupo de pressão na sociedade portuguesa, promovendo o que se convencionou chamar de “interesses próprios” mas que, na opinião de um dos seus principais promotores – António Carrapatoso – deveria sim declarar-se como um “compromisso revolucionário”; -----

----- 2. Tendo em conta que essa suposta “revolução” deveria ser configurada segundo as propostas que nortearam as principais decisões da reunião, propostas essas que, independentemente da opinião que cada um possa ter sobre as mesmas, justificam a sua discussão e reflexão pública, incluindo, por isso, esta Assembleia que, entre outras coisas, tem a obrigação de não se alhear sobre o que acontece nesta cidade e, por maioria de razão, no país; -----

----- 3. Atendendo a que as propostas aprovadas dizem directamente respeito aos poderes públicos em geral e, em particular, aos diferentes órgãos que têm por responsabilidade a definição das políticas que, à escala local ou nacional, devem orientar o “nosso” futuro; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 26 de Setembro de 2006, adopte a seguinte declaração sobre as propostas do “Compromisso Portugal”:

----- 1. Considerar como irresponsável e demagógica a proposta de “cortar 200 mil funcionários públicos” pois essa proposta surge sem qualquer fundamentação ou estudo prévio, sem qualquer justificação, não se percebendo onde e porquê iriam ser supostamente retirados esses funcionários – Nas autarquias? Na administração dos ministérios? Na saúde? Na educação? Noutros serviços públicos fundamentais? – e surgindo, por isso, como um preconceito ideológico, que ainda por cima é apresentado desprovido de qualquer alegada influência ideológica;

----- 2. Considerar que a sugestão de destruição dos serviços públicos, em particular na saúde e educação, como caminho para a concretização da suposta tese de que “o País ficaria melhor entregue a gestores”, não configura nenhuma solução para a melhoria do bem-estar dos portugueses, pois, nos dias de hoje, é público e notório que os hospitais privados e o ensino privado são, em geral, de pior qualidade do que os públicos, são mais caros, também dependem do Orçamento do Estado e de dinheiros públicos, e não garantem uma cobertura universal porque têm como razão o lucro e não as pessoas;

----- 3. Rejeitar as propostas enunciadas para a Segurança Social, nomeadamente a criação de um desconto obrigatório para um fundo (privado) de pensões porque:

----- a. Mesmo do ponto de vista da capitalização, os fundos privados têm, desde o ano 2000, pior rentabilidade do que o fundo público de capitalização da Segurança Social, pelo que se pode inferir, desde logo, que a entrega do essencial dos descontos da Segurança Social às seguradoras e empresas financeiras faria com que a maioria dos que hoje descontam para a Segurança Social pública se arriscariam a perder, para além de terem de correr os riscos de falência total, de que têm sido exemplos processos semelhantes já passados em alguns países do chamado “capitalismo desenvolvido” (EUA, Inglaterra, etc.);

----- b. A ideia de pagar com dívida pública o buraco gigantesco que se criaria na Segurança Social é irrealista pois Portugal já tem um nível de dívida pública acima dos 60% do PIB, admitidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, para além de que a proposta do Compromisso Portugal passaria para 160% do PIB esse nível de endividamento público na próxima geração, o que será manifestamente impossível, quer porque nunca seria aceite pela União Europeia, quer porque aumentaria drasticamente os juros de referência no sistema financeiro, com gravíssimas consequências sociais, atendendo ao já elevado grau de endividamento das famílias portuguesas;

----- c. O País escolheu (e bem), segundo regras democráticas, um sistema público de segurança social, que inclui nas suas regras um sistema de capitalização prudente e eficiente, afigurando-se por isso, que a sua destruição seria um atentado contra a cidadania e contra a própria democracia.

----- 4. Enviar esta moção à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro do Trabalho e da Segurança Social, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e aos órgãos de comunicação social.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUINZE** -----

----- Por uma Política de Mobilidade Sustentável para Lisboa -----
----- 1. Considerando que a poluição atmosférica é um aspecto importante na degradação do ambiente urbano e que os veículos automóveis constituem as principais fontes antrópicas de NO₂ (dióxido de carbono) e CO (monóxido de carbono); -----
----- 2. Tendo em conta os resultados do estudo “Caracterização da Qualidade do Ar na Área do Bairro Alto e Baixa Pombalina”, elaborado no âmbito de um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Técnica de Lisboa e apresentado em Junho de 2006, que alertam para as grandes concentrações de poluentes (monóxido e dióxido de carbono, benzeno e partículas), nas zonas de Entrecampos, Avenida da Liberdade, Baixa Pombalina e Cais do Sodré – frisando a necessidade da implementação de planos e programas de medidas para a melhoria da qualidade do ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo; ----
----- 3. Sabendo-se que a necessidade do cumprimento das obrigações nacionais face ao Protocolo de Quioto obriga, necessariamente, a um claro e forte incentivo à utilização dos Transportes Públicos; -----
----- 4. Atendendo aos principais objectivos da Semana Europeia da Mobilidade: ----
----- - Sensibilização dos cidadãos para o uso dos transportes públicos e/ou outras formas de deslocação urbana menos poluente; -----
----- - Criação de oportunidades para os cidadãos experimentarem essa mudança, vivendo a cidade de forma diferente; -----
----- - E demonstração de que menos carros nas zonas urbanas é sinónimo de maior qualidade de vida para os seus cidadãos. -----
----- 5. Considerando que, através desta iniciativa anual, pretende-se desenvolver novos padrões de comportamento, compatíveis com uma mobilidade urbana sustentável e com uma maior protecção do ambiente, dando oportunidade às autarquias para introduzirem e/ou testarem novos meios de transporte e novas medidas de gestão do tráfego urbano; -----
----- 6. Tendo em conta as últimas alterações aos serviços da CARRIS e os recentes projectos da Câmara Municipal de Lisboa para a construção de parques de estacionamento e de novas vias, em pleno centro da cidade, iniciativas que representam medidas contraditórias ao princípio da diminuição/remoção do tráfego automóvel da cidade. -----
----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 26 de Setembro de 2006, decida: -----
----- 1. Condenar a fraca promoção e programação da Câmara Municipal de Lisboa para a Semana Europeia da Mobilidade e Dia Europeu Sem Carros; -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que, no âmbito da revisão do Plano Director Municipal, defina uma nova política de mobilidade que assente, essencialmente, no uso pleno de transportes públicos, na restrição do tráfego automóvel nas zonas centrais da cidade e na construção e promoção de novas ciclovias; -----

----- 3. Solicitar ao Governo a definição de uma Política de Transportes na Área Metropolitana de Lisboa que fomente a utilização dos Transportes Públicos em detrimento da utilização do Transporte Individual.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

MOCÃO NÚMERO DEZASSEIS -----

----- Carta Educativa e Conselho Municipal de Educação -----

----- “1. Considerando o Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, que regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais; -----

----- 2. Tendo em conta os quase quatro anos volvidos desde a sua promulgação pela Assembleia da República, pelo então Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso, apesar dos prazos indicados no referido diploma, a contar da entrada em vigor do mesmo (90 dias para a criação dos Conselhos Municipais de Educação e um ano para a aprovação e ratificação das Cartas Educativas); -----

----- 3. Atendendo a que o Conselho Municipal de Educação constitui um órgão essencial para a institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho, nomeadamente na coordenação da política educativa com outras políticas sociais e na articulação da intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados; -----

----- 4. Considerando que o Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal; -----

----- 5. Saliendo que, dadas as suas competências, a inexistência deste Conselho Municipal constitui um verdadeiro impasse em matéria de política educativa na cidade de Lisboa, cujas consequências se tornam evidentes quer através do processo de encerramento da Escola D. João de Castro, do início do ano escolar sem estarem acautelados os serviços de Acompanhamento dos Tempos Livres, ou da ineficácia em matéria de intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar; -----

----- 6. Sabendo-se que a Carta Educativa constitui um instrumento fundamental de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos localizados no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação a satisfazer, visando assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de ensino; ----

----- 7. Tendo em conta que a Carta Educativa integra o Plano Director Municipal e que este se encontra actualmente em fase de revisão; -----

----- 8. Atendendo a que a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo posteriormente aprovada pela Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação; -----

----- 9. Considerando que o Conselho Municipal de Educação e a Carta Educativa deverão ser entendidos como um processo de discussão alargada das questões da educação e de definição de estratégias locais para a promoção da qualidade e eficácia dos sistemas educativos e formativos, pelo que deverão ter a participação e construção pelos agentes da comunidade onde se inserem, em particular a comunidade educativa, com fim a uma Lisboa verdadeiramente Educadora; -----

----- 10. Considerando os exemplos de diversos municípios cujos Conselhos Municipais de Educação já se encontram em funcionamento e iniciaram os processos de elaboração da Carta Educativa, tais como Maфра, Sines e Porto. -----

----- A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto propõe, por unanimidade, que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 26 de Setembro de 2006, decida solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Até Novembro de 2006 conclua os procedimentos para a instalação e pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação; -----

----- 2. Preste a esta Assembleia Municipal a calendarização de todo o processo de elaboração da carta Educativa da Cidade de Lisboa.” -----

----- (Inicialmente subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE, passou a ser uma Moção comum saída da Comissão Permanente de Educação Juventude e Desporto). -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZASSETE** -----

----- Serviços Sociais da Câmara Municipal -----

----- “1 - Considerando que os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa são uma associação de direito privado, fundada em 22.03.2004, constituída por trabalhadores do Município de Lisboa, e que tem por objectivo a prossecução da melhoria das condições de vida dos trabalhadores e aposentados da CML e respectivos agregados familiares, através de intervenções nas áreas social, médica, cultural e económica; -----

----- 2 - Considerando que a obra de construção do Edifício-Sede dos SSCML, sito na Avenida Afonso Costa, se iniciou em 28.10.2005, representa um relevante e significativo investimento da autarquia no bem estar daqueles que a integram e se encontra em avançado estado de evolução, sendo de prever para breve a sua conclusão; -----

----- 3 - Considerando que se trata de uma obra de interesse estratégico para a CML e para os seus trabalhadores, sendo da conveniência de todos os integrantes desta Assembleia Municipal conhecer as funcionalidades e capacidades proporcionadas por esse Edifício; -----

----- 4 - Considerando que é do interesse desta Assembleia Municipal dotar os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa dos meios adequados a que prossigam a sua gestão de forma eficaz e eficiente; -----

----- 5 - Considerando tratar-se de uma obra do maior relevo para todos os trabalhadores e órgãos do município, independentemente de qualquer opção de natureza partidária ou outra. -----

----- 6 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a promoção de uma visita à referida obra, aberta a todos os elementos desta Assembleia que na mesma demonstrem

interesse, disponibilizando no seu decurso um conhecimento tão aprofundado quanto possível das suas características e objectivos; -----

----- 7 - Considerando ainda que a cooperação entre a Município de Lisboa e os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa se deverá concretizar num documento mutuamente acordado a firmar entre as partes, compreendendo a regulação das formas de apoio e relacionamento institucional; -----

----- 8 - Considerando que o referido documento encerrará, certamente, uma grande complexidade e amplitude temática, garantindo o melhor apoio por parte do Município, e obrigando os SSCML a uma gestão cuidada, diligente e acompanhada; -----

----- 9 - Considerando que o relacionamento entre o Município e os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa compreende ainda a cedência da gestão dos refeitórios e unidades-de-educação actualmente sob a alçada da Divisão de Apoio à Acção Social Interna do Departamento de Formação, Saúde, Higiene e Segurança da Direcção Municipal dos Recursos Humanos; -----

----- 10 - Considerando que essa cedência da gestão envolve também a necessidade de regulação, na qual seja fixada a forma de actuação de ambas as partes; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 26 de Setembro de 2006, decide: -----

----- 1 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a promoção de uma visita à referida obra, aberta a todos os elementos desta Assembleia que na mesma demonstrem interesse, disponibilizando no seu decurso um conhecimento tão aprofundado quanto possível das suas características e objectivos; -----

----- 2 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa informação, tão detalhada quanto possível, relativamente ao andamento dos procedimentos adequados à elaboração do documento de cooperação entre o Município de Lisboa e os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, e ainda quanto ao ponto de situação da cedência da gestão dos refeitórios e unidades-de-educação a favor daquela associação.” -----

----- (Subscrita por todas as forças políticas com assento na Assembleia) -----

MOCÃO NÚMERO DEZOITO

----- “Considerando as recentes notícias veiculadas pelos meios de comunicação social sobre situações que envolvem a EPUL; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 26 de Setembro de 2006, delibera:

----- Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa, com carácter de urgência, que preste a esta Assembleia Municipal toda a informação respeitante às diversas situações que envolvem a EPUL e que têm sido objecto de referência na comunicação social.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, em nome do Grupo Municipal do PSD) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM

----- Mobilidade sustentável -----

----- “O número de carros a circular em Portugal aumentou exponencialmente nos últimos quinze anos. De acordo com dados recentemente divulgados pelo Eurostat, em 1990 existiam no país 258 automóveis por cada mil habitantes, o que colocava Portugal claramente abaixo da média de então da União Europeia (355). Em 2004, porém, o

rácio passou para 572, fazendo saltar o país para o terceiro lugar da tabela europeia, e aumentando as emissões de dióxido de carbono que o Estado deveria reduzir, de acordo com o Protocolo de Quioto. -----

----- Por outro lado, o plano de mobilidade para Lisboa está a ser trabalhado, havendo já estudos prévios, e estando para ser integrado no Plano Director Municipal, de acordo com declarações à comunicação social de Marina Ferreira, Vereadora da Mobilidade. Com base na mesma fonte, os estudos terão sido realizados em articulação com a Carris e com o Metropolitano, tendo sido feito o levantamento das necessidades das origens e destino na cidade, preparando-se a Câmara para elaborar agora a sua posição. -----

----- “Os Verdes”, na sequência desta Semana Europeia da Mobilidade, a que a Câmara não aderiu oficialmente, e que teve como tema transversal as alterações climáticas, consideram ser esta uma altura oportuna para, mais uma vez, lembrar que Lisboa é signatária da carta de Aalborg e, portanto, adepta de padrões de mobilidade urbana sustentável, devendo dar prioridade aos meios de transporte ecológicos, em particular, andar a pé, fazer ciclismo e utilizar os transportes públicos. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- - a adesão oficial do Município à próxima Semana Europeia da Mobilidade de modo a, atempadamente, testar e implementar medidas inovadoras e permanentes que permitam começar a inverter os actuais padrões de mobilidade; -----

----- - que o plano de mobilidade para Lisboa contemple, com dados e projecções, de que forma se espera que as medidas a implementar dêem origem a uma diminuição do uso do automóvel individual no espaço urbano e a uma efectiva redução das emissões de dióxido de carbono. -----

----- - que esse plano possa ser acompanhado de sessões de esclarecimento público, aproveitando-se a oportunidade para se sensibilizar efectivamente a população para uma mobilidade alternativa e sustentável.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do Grupo Municipal do PEV) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS

----- **Ciclovias e percursos pedonais** -----

----- “Apesar da Câmara Municipal de Lisboa não ter aderido oficialmente à Semana Europeia da Mobilidade deste ano, foram organizados em Lisboa dois percursos de bicicleta, um pela Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicletas e outro pelo GEOTA, que vieram lembrar às populações a importância de meios alternativos e mais saudáveis de deslocação. “Os Verdes” consideram ser esta uma altura oportuna para recordar que quase tudo está ainda por fazer na implementação de ciclovias e percursos pedonais. -----

----- A pista ciclável que liga Entrecampos a Telheiras é uma das poucas actualmente existentes no espaço da cidade e continua com o troço, desde o Museu da Cidade de Lisboa até às imediações da entrada da Estrada de Telheiras, parcialmente destruído e

interrompido. Esta situação mantém-se apesar da recomendação de “Os Verdes” já aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- A situação actual de quase ausência de ciclovias e percursos pedonais não se deve a falta de estudos em proposta. Desde 2001 que existem estudos para a implementação de uma rede de ciclovias associada à estrutura verde da cidade, no âmbito de um protocolo de colaboração celebrado em 2000 entre a própria Câmara Municipal de Lisboa (Pelouro do Urbanismo) e o Instituto Superior de Agronomia (Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista). A rede considerada abrange cinco eixos prioritários: Frente Ribeirinha Algés - Parque das Nações, Terreiro do Paço - Interface do Campo Grande, Alcântara - Jardim Zoológico, Estação da CP de Benfica - Interface do Campo Grande, Jardim Zoológico - Carnide. A Câmara, desde então, não tem demonstrado interesse pela concretização deste projecto. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- - a efectiva implementação de uma rede de ciclovias associada à estrutura verde de Lisboa, que dê sequência aos estudos já efectuados no âmbito do protocolo de colaboração entre a própria Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior de Agronomia; -----

----- - o estabelecimento de uma rede permanente de circuitos pedonais em bairros históricos, zonas comerciais e parques urbanos, potenciando o lazer, a arte pública, as actividades lúdicas e o turismo de cidadãos e visitantes de uma cidade que se deseja cosmopolita e atractiva, num ambiente despoluído e mais saudável.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do Grupo Municipal do PEV) -----

----- **O Senhor Vereador António Prôa**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos relativamente à última intervenção feita no período de intervenção do público, na qual se referiu a proposta de alienação da Quinta Nossa Senhora da Paz, aprovada na Sessão de Câmara no passado dia 20, referiu que entendera que poderia ser útil um esclarecimento sobre a matéria porquanto para além da intervenção agora feita pela munícipe já vieram várias referências a público com um conjunto de imprecisões que importava esclarecer. -----

----- Disse, então, que a proposta de alienação da Quinta Nossa Senhora da Paz, embora na sua versão inicial permitisse ler algumas das conclusões que foram ali referidas, na realidade foi alterada no decorrer dessa Sessão de Câmara passando a ter consagrada a salvaguarda da recuperação do jardim, a utilização pública do jardim e o respeito pelo estudo prévio da recuperação do jardim, elaborado pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- De facto, essas garantias estavam referidas, quer no corpo da proposta, quer nas condições especiais da hasta pública, textos que foram alterados no decurso da dita Sessão de Câmara, mas a realidade era que tinham hoje em dia, infelizmente, um edifício ao abandono, um jardim degradado e um espaço que estava fechado. O ideal seria que a Câmara pudesse manter a propriedade, pudesse recuperar o edifício e que

pudesse reabilitar o jardim. Mas tendo em conta a realidade da situação financeira da Câmara, de todos conhecida, a alienação foi a solução encontrada para fazer face a essas dificuldades. -----

----- No entanto, pretendia sublinhar que o objectivo era alienar salvaguardando a recuperação do jardim e a sua utilização pública, portanto a devolução do jardim aos munícipes de Lisboa e o respeito pelo estudo prévio elaborado pelos serviços da Câmara. -----

----- Com isso, encontraram uma solução que não sendo a ideal era possível, mas que salvaguardava aquilo que para a Câmara era essencial: a recuperação do património que efectivamente era de um valor inegável, quer o património construído, quer o património arbóreo de várias espécies ali existentes, que no PDM se encontrava classificado como “Jardins Históricos da Cidade” e que por esta via seria recuperado e colocado à fruição de todos os munícipes. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, disse que era conhecida de todos a decisão do actual Governo e do Senhor Primeiro-Ministro, José Sócrates, em transferir o Aeroporto Internacional de Lisboa, situado na Portela, para a Ota, portanto acabar com o actual aeroporto e construir um novo. -----

----- Era uma decisão que, apesar de ser conhecida de todos, estava em perfeita contradição com os estudos que têm sido apresentados e que tanto têm sido solicitados: estudos de impacto social e económicos não eram conhecidos, se existiam, estudos de relação custo/benefício social se existiam também não eram conhecidos. -----

----- Esta era uma situação que, curiosamente, levava o líder histórico do PS, Mário Soares, a afirmar, recentemente, que tinha dúvidas sobre a solução da Ota. -----

----- O actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carmona Rodrigues, no seu discurso de tomada de posse afirmara também ele a sua discordância perante a solução da Ota, retirando a Lisboa o aeroporto internacional. -----

----- Por outro lado, a Assembleia Municipal de Lisboa solicitara, há nove meses, um estudo, esse sim teoricamente realizado por uma empresa de consultadoria, sobre o impacto dessa decisão em Lisboa, mas passado todo esse tempo o Governo ainda não teve a delicadeza de enviar à Assembleia esse estudo. Seria pelo conteúdo, pela gravidade do que lá estava escrito e pelo impacto que tinha sobre Lisboa? Era um dado que não podiam esquecer. -----

----- Estavam a falar em terminar com um aeroporto que tinha um tempo de vida de mais de 50 anos e, curiosamente, estavam a pensar construir um novo aeroporto na Ota que tinha um tempo de vida de 30 anos. Não podia deixar de ser curiosa, em termos estratégicos, esta opção. -----

----- Por outro lado, estava-se a tentar fazer um contrato de parcerias público/privado para um tempo que era superior ao tempo de vida do próprio aeroporto. Enfim, parecia-lhe um negócio um pouco bizarro e que alguém o quisesse aceitar. Uma decisão que implicava a privatização ou a concessão da ANA, e não sabia como iria algum privado aceitar a concessão da ANA quando ao deslocar o aeroporto para norte certamente iriam prejudicar grandemente o aeroporto do Porto que já tão pouca actividade tinha.

Mas, paulatinamente, de mês em mês o Governo foi fazendo ouvidos de mercador anunciando a solução da Ota como uma solução definitiva. -----

----- No entanto, não podia deixar de verificar, com espanto, declarações que vieram a público no passado fim-de-semana sobre que a futura localização do aeroporto da Ota seria da responsabilidade dos privados. Ou seja, o Governo, que tem andado a defender a localização da Ota, vinha agora dizer, de uma maneira mais ou menos encapotada, que eram os investidores que iam entrar com o capital para o futuro aeroporto que decidiriam sobre a sua localização. -----

----- Isto, disse, era de uma gravidade inacreditável! O Governo demitia-se em relação à localização de uma obra de três mil milhões de euros, a Cidade de Lisboa e a sua Câmara Municipal não eram ouvidas nessa opção, e o Governo, tranquilamente, dizia que essa opção iria ser dos privados. -----

----- Por tudo isso, entendia que a Assembleia Municipal de Lisboa teria que ter uma palavra e tomar uma posição sobre a questão da localização do novo aeroporto, se o Aeroporto Internacional de Lisboa devia terminar ou que tipo de solução deveria ser tomada em relação a essa questão. -----

----- Era por essa razão que o PSD apresentava uma Moção (Moção n.º 5) no sentido de existir um debate promovido pela Assembleia Municipal, que reunisse as várias opiniões, as várias forças, de maneira a que se tentasse poder chegar a algum acordo e a algum esclarecimento em relação a essa situação. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que a Cidade de Lisboa estava confrontada com uma situação que já era motivo quase de anedota nacional: o problema do Túnel do Marquês. Desde 2001 que a gestão do PSD/CDS-PP lhes propunha uma obra em relação à qual o PS sempre esteve contra e achavam ter sido desnecessária e prejudicial para a cidade, e lhes têm proposto uma “sucessiva sucessão” de datas para a sua inauguração ou *terminus* da mesma. A obra já esteve prevista, até ousadamente, pelo ex-Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes, que estaria pronta a tempo do EURO-2004, depois, com o Sr. Presidente Carmona Rodrigues, foi prometida para 2005, 2006 e agora já ia para Março de 2007, mas tinham a certeza que não estaria pronta nessa data. -----

----- Foi uma obra que, não tendo que ser aprovada em Assembleia Municipal, ela própria se paralisou por incompetência da gestão do *dossier*. Ela começara com um caderno de encargos que depois teve que ser desorçamentado para que pudesse ser adjudicada directamente, e por aí adiante sempre com a novela do estudo de impacte ambiental. -----

----- E estavam agora confrontados com uma situação de um investimento larguíssimo de milhões de euros, mas com uma parte que já estava pronta! Todas as informações apontavam que o Túnel, entre a Praça das Amoreiras e a Praça Marquês de Pombal, estava concluído. Só faltava fazer aquela parte que passava por debaixo da estátua do Marquês de Pombal, a cerca de 40 centímetros da galeria do Metropolitano. -----

----- O desafio que faziam agora à Câmara Municipal de Lisboa, tendo em conta o investimento realizado, era que o Túnel fosse aberto com a maior brevidade possível pondo-se ao serviço da cidade aquela componente que já estava construída. -----

----- E para que não se dissesse que a oposição só criticava sem fazer propostas, lançavam este desafio e diziam que se abrisse o Túnel do Marquês no único sentido em que ele podia, apesar de tudo, não prejudicar a cidade: no sentido ascendente, isto é, de dentro para fora da cidade para facilitar a saída dos automóveis. -----

----- Por isso, o que concretamente propunham na Moção era que a Assembleia Municipal recomendasse ao Sr. Presidente da Câmara que não esperasse mais um ano, ou ano e meio, pela conclusão definitiva da obra, e pusesse ao serviço da cidade, com alguma utilidade, aquilo que já foi feito, que era o desnivelamento dos cruzamentos da Rua Artilharia Um, da Rua Castilho e da Praça das Amoreiras, para ajudar os carros a sair da cidade. -----

----- Disse que estava convencido que os Deputados Municipais da maioria acolheriam o espírito construtivo com que o PS fazia esta proposta, acolheriam o espírito, apesar de tudo, sensato porque não diziam que se destruísse o que já estava feito uma vez que foram contra essa obra e continuavam a achar que ela não era necessária, mas que a pusesse ao serviço da cidade nessa perspectiva. -----

----- Continuando, disse que, infelizmente para a cidade, as notícias que foram tendo da Câmara no período de férias que agora terminava, não foram boas notícias. Foi uma sucessão de trapalhadas, uma sucessão de confusões, mas, acima de tudo, evidenciando uma situação: a Câmara Municipal de Lisboa estava a passar por gravíssimas situações financeiras, situações de completo desnorte em relação ao seu dia-a-dia, e, nesse sentido socorria-se hoje em dia de todos os meios para tentar disfarçar essa situação. --

----- Assim entendiam a proposta de venda do património municipal da Quinta de Nossa Senhora da Paz, e por isso faziam uma Moção recomendando à Assembleia Municipal que reconfirmasse aquilo que votara, por unanimidade, há uns meses atrás, por proposta do PEV, e que dissesse à Câmara Municipal que a Quinta de Nossa Senhora da Paz da Paz deveria continuar como património municipal. -----

----- E também viam com alguma preocupação a proposta que foi aprovada em Câmara de antecipação de receitas da GEBALIS, mas sobre isso a sua camarada, Deputada Municipal Marta Rebelo, falaria depois mais em particular. -----

----- Disse, ainda, que não era possível esconder mais aquilo que todas as pessoas já estavam a perceber. A Câmara estava sem dinheiro, não pagava a fornecedores, estava com uma série de dificuldades na gestão do dia-a-dia da sua própria actividade, a Câmara foi mal gerida e o Sr. Presidente da Câmara, naturalmente, era o primeiro responsável político porque fez parte do Executivo anterior e quis recandidatar-se para ser Presidente da Câmara. Por conseguinte, ao Sr. Presidente da Câmara pediam responsabilidades sobre essa matéria. -----

----- Não ignoravam também a autêntica novela, que a todos entristecia, que se passava em volta da EPUL, e o Sr. Presidente da Câmara também era o responsável político por essa situação. E aquilo que lhe pediam, através da Moção que apresentaram, era que informasse a Assembleia Municipal, com toda a precisão e dentro do tempo que achasse útil porque se não pudesse dar todas as informações hoje compreenderiam isso, se tudo aquilo que tem vindo na comunicação social correspondia à realidade ou não. Era apenas isso que pediam ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Naturalmente que, a confirmar-se isso, teriam um juízo de valor muito negativo sobre tudo aquilo que se tem passado nessa empresa municipal, naquilo que se referia à sua empresa subsidiária, a IMOHIFEN, como a outra empresa de promoção imobiliária privada, e também aos actos do próprio Conselho de Administração. -----

----- Era isso que pediam com as moções que apresentaram, isto é, que dissessem de uma vez por todas de que lado estavam, se estavam do lado da cidade, se estavam do lado daquilo que já aprovaram há uns meses antes, ou se, através de meia dúzia de argumentações e de malabarismos, davam hoje o dito por não dito e continuavam a querer enterrar a cabeça debaixo da areia em relação aos problemas que iam afligindo a cidade e os cidadãos e para os quais não adiantava dizer que nada se passava e tudo estava na mesma. -----

----- Seguidamente, disse que analisando o conjunto de moções que para hoje foram propostas, desejava referir, em jeito de comentário irónico, que verificavam uma completa consonância estratégica entre as moções do PSD e do PCP. Ambos tinham um objectivo: atacar politicamente o actual Governo, que como era sabido é suportado pelo PS. Portanto, que não esperassem que a bancada do PS pudesse ser conivente com essas propostas. O PSD e o PCP podiam-nas aprovar, tinham maioria para isso, bastava o PSD sozinho, mas que não esperassem que a bancada do PS pudesse hesitar no seu sentido de voto. Naturalmente votariam contra porque elas tinham apenas um objectivo, que era atacar politicamente o Governo. -----

----- Mas desejava dizer-lhes que quanto mais atacavam mais o Governo e o seu Primeiro-Ministro saíam reforçados nas sondagens de opinião que constantemente eram publicadas, e era melhor estar bem colocado nas sondagens do que mal colocado. Aliás, o Sr. Presidente Carmona Rodrigues sempre esteve bem colocado nas sondagens e acabara por ganhar as eleições, pelo que agora o PS também estava satisfeito. As sondagens valiam o que valiam, mas a verdade era que quanto mais a oposição atacava mais o Governo era compreendido pela opinião pública. Essa é que era a realidade e, portanto, não hesitariam sobre essa matéria. -----

----- Aliás, bastava ver até a consonância estratégica em moções que tinham a ver com a Carris e com a mobilidade. Tudo muito interessante! Mas ignoravam, apesar de tudo, a abertura que a Secretária de Estado teve para corrigir aquilo que podia e devia ser corrigido. -----

----- O PSD estava preocupado com a mobilidade, era verdade, mas o que era feito das suas promessas em relação aos corredores BUS, que foram anunciadas com pompa e circunstância? Separadores para os corredores BUS, já! Disse o Presidente Santana Lopes com o Sr. Prof. Carmona Rodrigues ao lado, então Vice-Presidente da Câmara. O que foi feito disso até agora? Sabia o Sr. Presidente da Câmara quantos pedidos havia para a implementação de novos corredores BUS, para além de separadores e de prolongamento de corredores? Provavelmente não sabia, mas podia dizer que havia sete novos pedidos de corredores BUS aos quais a Câmara não dava resposta em tempo significativo, e o PSD, agora, estava muito preocupado com a reestruturação da Carris. Achava muito bem que estivessem preocupados com isso, mas já não achava bem que não estivessem preocupados com as suas próprias responsabilidades em relação à

mobilidade e em relação ao seu dever para garantir que uma operadora de transportes públicos pudesse operar com melhor qualidade, ao serviço dos cidadãos e da Cidade de Lisboa. -----

----- Prosseguindo, disse que iniciavam os trabalhos depois de férias sob o signo da preocupação, a Câmara Municipal de Lisboa não estava no bom caminho, ela estava envolvida em demasiadas dificuldades públicas em relação ao seu posicionamento quanto às trapalhadas que tinham vindo a lume. Aquilo que o PS desejava era que o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa os pudessem esclarecer rapidamente, com precisão e sem subterfúgios, sobre tudo aquilo que se tem passado na Câmara e sobre tudo aquilo que pensavam fazer para a Cidade de Lisboa. -----

----- O PS desejava, sinceramente, que resolvessem e tivessem uma proposta global para ultrapassar a situação de grave crise financeira pela qual a Câmara passava, não era vender ao desbarato como agora queriam fazer: era a Quinta de Nossa Senhora da Paz, era a hipoteca das receitas da GEBALIS e por aí adiante. Que apresentassem uma proposta global de recuperação financeira, tinham uma óptima oportunidade para fazer isso quando apresentarem o próximo Orçamento municipal. O PS, tal como sempre, estaria disponível para apreciar todas as propostas e para concordar com aquilo que devia concordar e discordar daquilo que devia discordar. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que era um prazer voltar a ouvir, depois das férias, o Deputado Municipal Miguel Coelho a verberar, como era costume, os temas apresentados. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho não foi à visita que a Comissão Permanente de Urbanismo realizou ao Túnel do Marquês, mas foram Deputados Municipais do seu partido que no local tiveram oportunidade de ouvir as profundas explicações que foram dadas relativamente não só à obra feita como também à obra por fazer, não só àquilo que eram as circunstâncias em que a obra estava, como também aos prazos e às dificuldades que se esperavam no tocante àquilo que se esperava viesse a ser resolvido num prazo mais ou menos curto. -----

----- Naturalmente que, se tivesse ido ou se tivesse ouvido os seus camaradas de partido que lá estiveram, com certeza teria percebido com clareza o que era que estava ou não estava em causa. -----

----- Agora, através de uma Moção, o PS propunha que se abrisse uma parte do Túnel, e a sua pergunta era exactamente sobre essa questão. Numa obra daquelas, seria possível que se arranjasse metade dela, com as electricidades, as seguranças, os ares condicionados, as saídas de emergência, a semaforização, enfim com toda aquela complementaridade que era necessária porque um túnel não era um mero buraco? Teria o Deputado Municipal Miguel Coelho consciência do que era necessário e do que causaria relativamente aos custos, se eventualmente a obra fosse partida ao meio, se eventualmente a Moção do PS, que era uma trapalhada, fosse aceite? -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves referiu que o Túnel era um buraco, e, de facto, o Túnel era um buraco! Mas era um buraco que já estava

pronto, e o Deputado Municipal Victor Gonçalves se não sabia devia saber que essa obra, embora na sua versão final tivesse com certeza uma ligação com o que faltava fazer, o que estava feito era perfeitamente independente daquilo que faltava fazer. Até já tinha a saída perfeitamente independente. Isto é, a Câmara tinha pronto um túnel que ia desde a Praça das Amoreiras até à boca da Praça Marquês de Pombal e tinha-o fechado porque foi incompetente e não conseguiu fazer o resto. -----

----- Abram isso! Se estavam a gastar com a indemnização ao empreiteiro, então que o pusessem a funcionar. Agora, que o pusessem a funcionar de Lisboa para fora porque, voltavam a repetir, este Túnel do Marquês, na ideia original da Câmara, só servia para trazer mais automóveis para a cidade. Por isso, a proposta do PS era que o abrissem no sentido inverso, isto é, no sentido de Lisboa para fora. -----

----- Pelo menos essa utilidade poderia ter. Foi um investimento demasiado pesado para esse fim, mas disso a responsabilidade política era da maioria camarária. Não podiam agora pedir que fosse demolido, mas já que estava feito que fosse aberto para sair porque os custos que os cidadãos tinham todos os dias para sair da cidade às horas de ponta com certeza seriam menores com o Túnel a funcionar naquela parte. -----

----- Disse, ainda, que não fez a visita porque o Deputado Municipal Victor Gonçalves não o convidou, e não pertencendo à sua Comissão não podia ir sem ser convidado. ---

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra relativamente à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que era a defesa da honra do seu Grupo Municipal e defesa da honra do Poder Local porque termos como “conivência” não eram admissíveis num trabalho democrático na Assembleia Municipal de Lisboa. Era isso que rejeitavam e estavam contra. -----

----- Nesta reunião o PCP iria votar favoravelmente matérias propostas pelo PS, iria abster-se na Moção relativa ao Túnel do Marquês porque entendiam que tecnicamente era uma asneira imensa. Como Grupo Municipal o PCP colocava-se sempre nas posições que entendia dever colocar-se, e não era o PS, com esse labéu da conivência com o PSD, que os iria impedir de assumir ali a defesa dos reais interesses da cidade. -

----- Era o PS que ao não defender os interesses da população em relação às medidas da Carris, estava a defender o Governo e a afastar-se da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para dar explicações, disse que percebia que o PCP tivesse que dizer alguma coisa sobre qualquer coisa, mas certamente teriam que consultar um dicionário para conferir se a palavra “conivência” por si só tinha ou não uma implicação negativa. -----

----- Achava que teria usado mais a palavra “consonância” que “conivência”, mas se usara a palavra “conivência” não foi com nenhum sentido perjurativo mas sim com uma verificação de factos, já que o PCP e o PSD assinavam as mesmas moções e traziam, politicamente, para a Assembleia Municipal questões que se prendiam com um ataque de luta política ao Governo. Tinham toda a legitimidade política para o fazer e ninguém ficava preocupado com isso. Aliás, pessoalmente pensava que até era bom para o Governo porque quanto mais diziam mal dele mais ele saía prestigiado na opinião pública como se constatava pelas sondagens de opinião. Obviamente podiam dizer que as sondagens não valiam! Podia ser que não valessem, mas a verdade era que

o PS não via, neste momento, pelo País fora nenhuma animosidade contra as políticas do Governo. -----

----- Mas tinha que dizer, com toda a sinceridade, que havia de facto uma grande consonância entre as posições do PCP e do PSD. Isso era democrático, não tinha nada de mau, mas tinha que realçar isso porquanto o PCP e o PSD estavam nos antípodas em termos de referências ideológicas. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Moção que em nome do PCP subscrevera era por um sistema público, universal e solidário da Segurança Social, um sistema que sempre defenderam. Tratava-se de uma matéria que interessa a todos porque era a Segurança Social que garantia à maioria da população portuguesa um rendimento para viver, quando se encontrava doente, quando perdia o emprego, quando se reformava, ou quando, por qualquer razão, não tinha meios de subsistência. -----

----- Se recordassem o que têm sido as reformas da Segurança Social, viam que era sempre para perder. E era para perder, quer fossem levadas a cabo por Governos do PSD, quer fossem, como agora, por Governos do PS, que resultavam em mais sacrifícios para quem menos tinha, ou seja, para os mais sacrificados. -----

----- Senão reparassem um pouco na história recente: a Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto, que se designara por Lei de Bases da Segurança Social, reunira um amplo consenso social e político e resultou de um longo processo de debate público, aquilo que também sempre propuseram. Essa Lei necessitaria apenas de ser adequadamente regulamentada no seu todo, em cumprimento, quer dos objectivos nela expressos, quer do Acordo de Modernização da Protecção Social, celebrado em sede de concertação social, que os Governos tanto gostavam de apresentar. -----

----- Mas o que se seguiu foi a apresentação de um modelo de redução do papel do Estado na garantia do direito à Segurança Social. -----

----- E o que se seguia, ainda, tendo em conta o “bloco central de interesses” no que concerne à Segurança Social, era, de facto, uma alteração à concepção de sistema de Segurança Social Pública, visando uma significativa redução das pensões e transferindo para os privados a capitalização das prestações da responsabilidade dos trabalhadores e mantendo de fora a necessária e possível participação dos empregadores. -----

----- Por isso mesmo, o Grupo Municipal do PCP propunha que a Assembleia Municipal de Lisboa deliberasse: -----

----- “1. Reafirmar a necessidade da existência de um sistema público de Segurança Social forte, universal e solidário; -----

----- 2. Manifestar o seu mais veemente repúdio por um modelo que pretende pôr em causa a solidariedade entre trabalhadores e gerações, bem como, colocar o património construído pelos trabalhadores à mercê da gula do capital; -----

----- 3. Dizer, não a uma Segurança Social para ricos e outra para pobres, exigindo que se retome o processo de regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social aprovada na Assembleia da República, no ano 2000 (Lei n.º 17/2000 de 8 de Agosto); -----

----- 4. Proceder à divulgação desta Moção através dos Órgãos de Comunicação Social;

----- 5. Dar conhecimento da mesma, à Câmara Municipal de Lisboa e aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Governo.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE apresentara algumas moções, que alguns camaradas iriam defender, nomeadamente sobre a mobilidade, sobre alguns temas políticos de debate nacional e sobre os Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara. Esta última apresentaram-na a título individual mas foi depois subscrita por todas as forças políticas com assento na Assembleia, deixando, por esse facto, de ser apenas do BE. Aliás, foi por unanimidade que na Câmara e na Assembleia Municipal foi aprovada a proposta de constituição desses Serviços. -----

----- Referindo-se à Moção n.º 2, sobre Finanças Locais, apresentada pelo PSD, disse que o BE iria votar a favor, com excepção do ponto que referia que estavam em completa concordância com a Associação Nacional de Municípios porque o BE não estava de acordo em absoluto com aquilo que era a posição da Associação Nacional de Municípios, embora estivesse contra a Lei que o PS apresentara. E estava contra porque, no seu entender, a grande questão da Lei das Finanças Locais era um problema que estava na vida de todos os Municípios do País e que tinha a ver com a pressão objectiva que o betão, os construtores civis faziam sobre as Câmaras. -----

----- Não se pondo em causa todo o processo de honestidade e seriedade das Câmaras, havia um problema objectivo que tinha a ver com o facto das finanças das Câmaras Municipais dependerem do IMI e do IMT, como grandes rubricas, porque nas situações aflitivas económicas que tinham os Municípios, e que tinham um espaço para ser verde, um espaço para serviço público, um espaço para terceira-idade, etc., quando não havia dinheiro e chegava um construtor a dizer: “Sr. Presidente, neste sítio eu vou-lhe arranjar uma urbanização que no mínimo vai ter 500 fogos, só de IMT daqui a dois anos quando estiverem prontos o senhor mete nos cofres da Câmara, de imediato, uns milhões de euros, depois daqueles que não são primeira habitação o senhor começa a receber de imediato IMI.” Portanto, era uma pressão objectiva sobre as Câmaras, e tinham que retirar essa pressão das Câmaras porque senão continuava o mesmo problema de fundo. -----

----- Era evidente que esta Lei retirava dinheiro aos Municípios, ainda por cima na situação aflitiva em que eles se encontravam, e ainda lhes colocava novas responsabilidades sociais. -----

----- O BE não estava contra que fossem transferidas novas responsabilidades sociais para as Câmaras, estavam de acordo que houvesse descentralização, o que não concordavam era que se desse responsabilidades e se retirassem meios. Como era possível transferir mais responsabilidades e retirar meios? -----

----- Mas o problema de fundo, pelo qual não estavam de acordo com a Associação Nacional de Municípios, é que não tocava na pressão objectiva que o cimento e o betão causavam aos Municípios, para que os Municípios conseguissem resolver os seus problemas estruturais financeiros que quase todos tinham, e esse problema teria que ser tratado. -----

----- Por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara ou o Sr. Vice-Presidente, com as dificuldades que a Câmara tinha, seguramente que cada vez que chegava lá um empreiteiro, na melhor das intenções do Sr. Presidente ou do Sr. Vice-Presidente, e lhes dizia que, por exemplo, na Fábrica Simões podiam construir 500 fogos, mesmo que aquilo não estivesse de acordo com o PDM, mesmo que aquilo fosse uma pressão inaudita sobre Benfica que já não podia aguentar mais betão, era evidente que qualquer Presidente ou Vice-Presidente da Câmara, mesmo as pessoas mais impolutas e honestas, pensariam dez vezes porque daqui a dois anos receberiam milhões de euros do IMT de imediato, e da parte daqueles que já não era a primeira habitação, começariam também de imediato a receber IMI. -----

----- Essa era a pressão objectiva que a Lei das Finanças Locais teria que retirar, porque, senão, continuava a ser a questão do betão para que se conseguisse resolver o problema financeiro das Câmaras. -----

----- Passando à Moção que apresentaram sobre a EPUL, disse que não ia explicar aquilo que era público, os escândalos, mas sim a razão por que pediram uma Comissão de Inquérito. Sabia que para a maioria dos Deputados Municipais pedir uma Comissão de Inquérito era uma coisa complicada, mas o BE fazia-o por uma razão simples. -----

----- Nem era tanto para estes escândalos de agora, que aliás estavam a ser investigados, quer pela decisão que a Câmara tomou de mandar ao IGAT, quer pela Polícia Judiciária e também pelo Ministério Público, mas sim porque se lembrava de várias decisões tomadas na Assembleia, nomeadamente por parte da Comissão Eventual para Acompanhamento da Construção dos Estádios de Futebol do Benfica e do Sporting, que por unanimidade disseram ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da EPUL que o que ele estava a fazer não estava de acordo com aquilo que a Assembleia Municipal decidira, ficaram à espera de uma resposta e até hoje continuavam sem saber quanto é que a EPUL pagara ao Benfica e quanto pagara ao Sporting, nomeadamente por conta daquela alínea que vinha no contrato-programa sobre a entrega de um terço dos lucros dos célebres 100 apartamentos. -----

----- De resto, na Assembleia Municipal já várias vezes perguntaram a razão por que um trabalhador da EPUL era despedido e recebia uma indemnização de 200.000 euros fora do seu recibo de ordenado, portanto fugindo ao pagamento de impostos à segurança social. Dizia-se que era para uma indemnização porque era preciso baixar os custos das empresas – notava-se agora pelos prémios perfeitamente! – e depois era dito pelo próprio, numa entrevista ao Correio da Manhã, que após de ter sido despedido fez um contrato de prestação de serviços. Aliás, o BE apresentara na Assembleia Municipal um recibo onde se provava que esse trabalhador, depois do despedimento e da respectiva indemnização, ficara a receber por mês 7.000 euros. Já pediram “n” explicações, mas ninguém explicava! -----

----- Mas podiam continuar! Por exemplo, podiam continuar a perguntar por que era que em relação a um equipamento que tinha no Alto da Faia, a EPUL abriu um concurso público para entregar a gestão de parte desse equipamento, uma entidade ganhara o concurso mas o concurso foi anulado e hoje sabia-se que o equipamento

deixara de ter esse nome, passara a ter outro e quem o geria era o quarto classificado do concurso, o Clube Craque. -----

----- Portanto, pediam uma Comissão de Inquérito porque estavam cansados de pedir que dessem explicações e nada lhes explicassem. E quando viam, depois disso tudo, aparecer mais estas trapalhadas agora, porque ainda não perceberam bem se a Câmara deu ordem ou não, parecia que não deu mas entretanto alguém da EPUL dizia que teria sido dada uma ordem, o que era facto é que se queriam ser Deputados Municipais conscienciosos e cumprir o que estava na Lei das Autarquias que era fiscalizar a actividade da Câmara, o BE achava que era justo haver uma Comissão de Inquérito. ---

----- Disse, por fim, que o BE iria votar a favor de várias das moções que foram apresentadas, nomeadamente aquela que o PS apresentara sobre a abertura da parte do Túnel do Marquês que já estava feita, para sair de Lisboa, desde que fosse colocada uma condição que consideravam imprescindível que era que fossem cumpridas as normas que o tribunal decidira, ou seja, que estivessem implementadas as conclusões do estudo de prevenção rodoviária e da monitorização do túnel, sem o que seria uma irresponsabilidade aceitar tal proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que ia comentar muitas das moções apresentadas, mas iria dividi-las por assuntos porquanto havia várias que tocavam os mesmos temas. -----

----- Começou então por referir que uma questão de relevante importância para a cidade tinha a ver com a mobilidade, com os transportes e com toda a problemática da circulação e da vida na cidade. Havia várias moções sobre essa problemática, e o CDS-PP iria votar aquelas que de uma forma construtiva e responsável traziam os conceitos que o CDS-PP considerava fundamentais e que têm vindo a defender ao longo dos tempos. -----

----- O CDS-PP concordava com a necessidade de se integrar a política de mobilidade, era por isso, aliás, que tem apoiado todas as iniciativas, moções que insistentemente vinham recomendando a necessidade de dinamizar a Autoridade Metropolitana de Transportes ou qualquer outro órgão com as mesmas responsabilidades, porque, de facto, considerava, como parecia ser lugar comum mas infelizmente não prática comum, que uma cidade com a dimensão e a importância de Lisboa, uma cidade com a interligação que tinha em relação a toda Área Metropolitana e a todas as cidades que a rodeavam, obviamente não podia ser objecto de uma gestão casuística. -----

----- E, como tal, nesse aspecto era também posição do CDS-PP que a intervenção de qualquer dos operadores de transportes da cidade, fosse o Metro, a Carris ou outro qualquer, obviamente teria que ser sempre concertada com a autarquia e com as forças vivas da cidade. Portanto, qualquer actuação dos operadores de transportes que na cidade operassem de forma unilateral, obviamente teria a crítica do CDS-PP e qualquer Moção no sentido de criticar essa actuação mereceria o apoio do Grupo. -----

----- Em relação à questão da Lei das Finanças Locais, que foi já tratada por algumas intervenções no Plenário, disse que concordava que as restrições financeiras eram uma inevitabilidade em relação ao mundo do Poder Local, como eram, obviamente, uma necessidade em relação às finanças nacionais. Portanto, não ouviriam nunca do CDS-

PP uma afirmação de apoio ao laxismo, a um menor rigor, a um fechar de olhos a situações que em 308 Municípios de certo existiriam de desvario financeiro e de desregramento. -----

----- Mas não podiam concordar com uma lei que se tornava cega, que cortava a direito e como que dizia: “meus amigos, vão ser todos castigados, gastem bem, gastem mal, tenham gasto por uma razão ou por outra”. O CDS-PP não podia concordar com uma abordagem nesses termos, não podia concordar com uma lei que era cega e que não dava instrumentos de gestão diferenciados das restrições financeiras que permitissem responder de forma diferente a situações diferentes. Havia Câmaras Municipais que se endividaram por uma boa causa, isto é, para fazer face a investimentos da maior relevância social, e que, obviamente, não podiam ser estranguladas. -----

----- Como tal, entendia que era necessário um diálogo mais aprofundado no sentido de ter maior atenção em relação a essas restrições. No entanto, não concordavam, de forma nenhuma, com tentativas de quebrar algumas das normas da lei no sentido de impor rigor orçamental, no sentido de impor rigor na utilização dos meios financeiros. Nisso não pactuariam. -----

----- Prosseguindo, disse que apoiariam todas as *démarches* que permitissem um maior esclarecimento dos impactos do novo aeroporto de Lisboa, e desde já pedia ao PSD que alterasse a Moção para “eventual aeroporto de Lisboa” porque, efectivamente, não concordavam com a política de facto consumado. Aliás, parecia que também o Governo já não sabia muito bem qual era o facto consumado uma vez que ia deixar isso para terceiros. -----

----- Em relação à GEBALIS, disse que haveria com certeza quem explicasse melhor essa questão do que ele, mas, de qualquer maneira, deixava algumas notas. -----

----- Em primeiro lugar, que a operação em causa não era, segundo informações que tinha, considerada endividamento pelo Eurostat, portanto, não havia aí problemas na área do endividamento. -----

----- E havia uma questão que era fundamental! Os anteriores Executivos da Câmara Municipal utilizaram, e muito bem felizmente, largos milhões de euros de financiamentos para construir habitação social. Em boa hora o fizeram, em boa hora aproveitaram o instrumento que o Poder Central pode disponibilizar, mas agora fechavam os olhos dizendo pura e simplesmente que não havia financiamentos para ninguém, portanto as casas iam cair de podres, se calhar teriam que ser demolidas e as pessoas ficavam não se sabia a onde, e desse por onde desse não havia dinheiro para reabilitação dos bairros sociais. A GEBALIS ia vivendo com as rendinhas que tinha, ia fazendo obras à medida dessas rendinhas, e o panorama era, como certamente calculavam, absolutamente desolador. -----

----- O CDS-PP não podia concordar com isso. Este instrumento parecia ser um instrumento válido em termos legais, válido em termos financeiros. Se encontrassem uma alternativa com certeza que quem de direito a iria estudar, mas pura e simplesmente dizer que não senhor, que tiveram neste caso uma ideia que até podia ser interessante mas que se estavam a endividar, isso não. Como era que pretendiam recuperar um parque habitacional daquela dimensão? Com recurso à receita corrente

das rendas, que não eram sequer rendas comerciais, não eram sequer rendas que remunerassem o verdadeiro investimento? Gostava que explicassem como era que isso se fazia, senão recorrendo, de facto, a endividamento, endividamento esse que, ainda por cima, tinha em muitos casos que fazer face a erros de construção, erros de projecto, má construção, má manutenção, de que os Executivos mais recentes também eram culpados, mas não eram os únicos. -----

----- Portanto, pedia que olhassem para o estado dos bairros sociais que a GEBALIS geria e tivessem uma atitude mais responsável. -----

----- Quanto à Quinta de Nossa Senhora da Paz, disse que não ia pormenorizar muito porque não estudara a matéria profundamente, mas havia uma questão na Moção do PS que definia a oposição do CDS-PP, que era a seguinte. -----

----- A primeira recomendação do PS era que a Quinta teria que permanecer no património municipal, o que, aliás, era o que se dizia sempre que se falava no património municipal, e desejava saber para que era que a Câmara Municipal tinha que continuar a ter um património que era perfeitamente descomunal, para o qual não tinha meios nem competência para gerir, mas só porque era património da Câmara tinha que o ser até ao fim dos seus dias. -----

----- De resto, importava saber se esse princípio também se aplicava ao Governo Central, porque, se assim fosse, provavelmente o Governo Central iria ter alguns problemas financeiros. Esperava que o Governo Central não seguisse essa política porque, a bem de Portugal, não seria uma política correcta porque o património servia para rentabilizar as obrigações dos órgãos do poder e não para ser uma carteira de imóveis muito engraçada para, provavelmente, preencher grandes exposições nos areópagos, mas dizendo: “temos aqui uns palácios belíssimos, mas por favor não abram as portas porque os tectos vos podem cair em cima”. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que sabia que no edifício para onde seria transferida a Hemeroteca pararam as obras porque não havia dinheiro, pelo que perguntava ao orador anterior se entendia que a Câmara deveria vender esse edifício, isto é, desprender-se da Hemeroteca porque não tinha dinheiro para o recuperar. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que não ia poder responder especificamente ao assunto porque não o conhecia em profundidade, mas se era um projecto que estava já lançado deveria continuar. -----

----- Recordou que ao referir-se à Quinta de Nossa Senhora da Paz avisou que não ia pormenorizar por não ter estudado o assunto, e por isso a sua abordagem foi de política geral. Mas era óbvio que ao facto que foi dito pela Deputada Municipal Ana Sara Brito diria, em primeira-mão, que não. Mas não conhecia o assunto suficientemente. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, começou por se referir à Moção n.º 7, apresentada pelo PS, sobre a abertura de parte do Túnel do Marquês, dizendo que também tinham reservas em relação ao ponto 1, sobretudo no que dizia respeito à eficácia daquilo que a Moção pretendia, mas consideravam que era oportuno o ponto 2 pelo que, desde já, requeriam que a votação fosse ponto por ponto.-

----- Sobre a Quinta de Nossa Senhora da Paz, assunto já ali apresentado no período de intervenção do público pela Associação de Residentes de Telheiras e que também era objecto de uma Moção do PS, lembrou que esta matéria já ali foi trazida pelo PEV, através de uma recomendação que foi discutida e votada no dia 20 de Dezembro do ano passado. Aliás, essa recomendação foi aprovada por unanimidade e de todas as bancadas chegaram ecos da sua oportunidade e da importância da recuperação dessa quinta. -----

----- Recordou que a esse propósito, o representante da bancada do PSD referira então que o conteúdo da recomendação do PEV ia ao encontro da política da Câmara, do seu programa e dos compromissos que o Prof. Carmona Rodrigues assumira, quer em fase eleitoral, quer nos compromissos para os 180 dias. -----

----- E recordou também que a recomendação do PEV apelava à necessidade de recuperação da Quinta de Nossa Senhora da Paz e da necessidade de a salvaguardar de interesses imobiliários. -----

----- Portanto, a Moção hoje apresentada pelo PS quanto à Quinta de Nossa Senhora da Paz vinha ao encontro das preocupações do PEV, expressas nessa recomendação apresentada e aprovada quase há um ano, pelo que a iriam votar a favor e com certeza dificilmente se compreenderia que o resultado da votação dessa Moção não fosse o mesmo da votação da recomendação, isso é, aprovada por unanimidade. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia falar sobre a Moção n.º 1, uma Moção que julgava dispensar grande apresentação, o seu conteúdo revelava muito sobre o estado de espírito da Cidade de Lisboa no momento da sua execução. -----

----- No entanto, salientava o esforço que existira desde a primeira hora, por parte de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Lisboa, do PSD, PS e PCP, no seu espírito inicial de apresentarem uma proposta concreta, face a alguma disponibilidade “agostiana”, porque se desenvolvera durante o mês de Agosto, por parte da Carris, tendo em conta o impacto negativo que essas alterações trariam para a cidade. -----

----- Aplaudir esse esforço de unidade, e ao contrário do que foi ali dito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, não era verdade que as Juntas de Freguesia tivessem partidariado isso em algum momento. Não era verdade porque houve uma primeira reunião em que estiveram Juntas do PS, do PSD e do PCP, dessa reunião saíra um comunicado conjunto e nesse comunicado conjunto não era verdade novamente que tivesse havido qualquer tipo de ataque à Sra. Secretária de Estado. Muito pelo contrário, desse comunicado conjunto ressaltaram-se as declarações, recentes à altura, que tinham sido efectuadas pela Sra. Secretária de Estado no sentido de se criar alguma abertura, por parte da Carris, para as alterações que as Juntas de Freguesia solicitavam. -----

----- Após a recepção do documento, a Junta de Freguesia da Lapa, bem como outras Juntas da cidade, a título individual, reagiram negativamente às alterações. Solicitaram audiências e a resposta foi zero! A Junta de Freguesia da Lapa interpôs uma providência cautelar, como era público, na sexta-feira, dia 8 de Setembro. Mas curiosamente, coincidência certamente, no final desse dia, já depois do horário de

expediente, foram contactados pelo Sr. Chefe de Gabinete da Sra. Secretária de Estado, portanto o diálogo também aconteceu. Foi curioso, mas também aconteceu! ---
----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Miguel Coelho provavelmente defenderia que partidarisassem isso, que reunissem um conjunto de membros da Assembleia Municipal, se calhar alguns Deputados Municipais social-democratas e esquecessem os restantes, porque isso era no interesse da cidade, e se reunissem com alguns administradores da Carris, talvez com conotação política associada para facilitar, eventualmente, qualquer tipo de entendimento. -----
----- A isso o PSD dizia que não porque se tratava de uma estratégia para a população da Cidade de Lisboa, e uma estratégia para a população da Cidade de Lisboa não passava por uma visão redutora e partidária. -----
----- Portanto, foi o PS que rompeu com aquilo que estava a ser feito que era um consenso generalizado de todas as Juntas de Freguesia, com o cuidado de não ferir susceptibilidades, no melhor interesse da população da cidade. Seria essa partidarização um resultado de excesso de zelo, por parte do PS, relativamente às sondagens? -----
----- Saberia o Deputado Municipal Miguel Coelho quantos pedidos de carreiras existiam na Câmara Municipal de Lisboa? Quantos bairros estavam sem autocarros a partir das 21 horas? Quantos centros de saúde não tinham qualquer tipo de paragem nas suas proximidades? Não sabia! E não sabia, se calhar, porque do grupo de trabalho que estava para surgir do conjunto de todas as Juntas de Freguesia da Cidade, o PS optara por não fazer parte. Opção do PS e não das outras forças políticas! -----
----- Por fim, continuando a dirigir-se ao Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que as sondagens eram importantes, o autismo de facto era de lamentar, mas para o PSD, como estava certo que dum ponto de vista responsável também para o PCP ao fundir a Moção n.º 12 com a Moção n.º 1, que ainda mais importante que as sondagens eram os interesses da população da Cidade de Lisboa. -----
----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, disse que ia falar da Moção n.º 2, apresentada pelo PSD, relativa à Proposta de Lei das Finanças Locais que o Governo do PS apresentara há cerca de dois meses. -----
----- Muito haveria a contra-argumentar face aos considerandos da Moção, no entanto tentaria ser telegráfica e concisa, referindo-se apenas aos três pontos que o PSD salientava. -----
----- Começou então por se referir à questão da neutralidade financeira, dizendo que a neutralidade que a Proposta de Lei das Finanças Locais se propunha garantir era uma neutralidade global das transferências orçamentais para os 308 Municípios. O bolo financeiro global seria em 2007 igual, cêntimo por cêntimo, ao montante das transferências em 2006, tal como previsto no Orçamento de Estado para 2006. Era, aliás, uma questão que resultava clara no capítulo das disposições finais e transitórias dessa Proposta de Lei. -----
----- Contudo, os critérios de distribuição desse bolo financeiro global mudavam, era verdade, e era essa mudança que determinava que as transferências para alguns Municípios descessem em 2007. A grande maioria manteria o nível de receitas de

transferências orçamentais constante, e alguns Municípios veriam aumentar essa participação nos recursos públicos partilhados com o Estado. -----

----- A neutralidade global, ou total, seria antes uma neutralização desta reforma que, no entendimento do PS, era imprescindível e seria o inumilismo que a ANMP tem defendido e proposto. -----

----- Em segundo lugar, depois de referir que autonomia significava responsabilidade, autonomia financeira significava responsabilidade financeira, questionou por que era que os Municípios preferiam receber receitas do IRS através de transferências orçamentais, a deterem de facto algum poder, alguma margem de definição de políticas fiscais próprias, sem perderem a capacidade de arrecadar essa receita? -----

----- Em terceiro lugar, disse que era verdade que o Estado continuava isento de IMI e de IMT, mas deixava de estar isento do pagamento de taxas municipais, o que não resultava directamente da Proposta de Lei das Finanças Locais mas da proposta do regime geral de taxas das autarquias locais, apresentada em simultâneo e aprovada também pelo Governo juntamente com a Proposta de Lei das Finanças Locais. -----

----- Disse, ainda, que não era verdade que o Governo não tivesse mantido diálogo com a ANMP. Manteve um diálogo longo, técnico no âmbito do grupo de trabalho constituído para elaborar o projecto, e no âmbito político durante dois longos meses. Não teria sido construtivo porque a ANMP preferira desconstruir, ao contrário da posição de respeito e de cordial convívio que a ANAFRE tem assumido. -----

----- Aludindo ao que foi dito pelo Deputado Municipal Carlos Marques sobre esta mesma Moção, disse que concordava quando referia que o problema objectivo desta questão das Finanças Locais era o betão. Esta Proposta de Lei das Finanças Locais endereçava essa questão parcialmente, porque na opinião do PS a sede própria para lidar com essa questão seriam os códigos do IMI e do IMT, respectivamente. Mas esperava que o BE se lembrasse desse problema objectivo do betão quando o Executivo camarário trouxesse à Assembleia a proposta para fixação da taxa do IMI para 2007. -----

----- Sobre a Moção n.º 6, apresentada pelo PS, relativa à antecipação de receitas por parte da GEBALIS, disse que este tipo de operação financeira, por parte de empresas municipais, não era ilegal. Não o era hoje e não o seria à luz da proposta relativa ao regime do sector empresarial local. -----

----- Mas o contexto em que surgia, após ter sido tornado público um acórdão do Tribunal de Contas, que claramente tomava posição sobre este tipo de operações financeiras quando assumidas por Municípios, tornava-a, no mínimo, dúbia, no plano dos princípios e da boa gestão e, sobretudo, no respeito pelo princípio da equidade intergeracional. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que não percebia o que queria dizer a Deputada Municipal Marta Rebelo quando referiu que esperava que o BE não se esquecesse quando fosse presente à Assembleia a proposta para fixação da taxa do IMI, porque estavam perante um problema de qualidade e não de quantidade. -----

----- Por outro lado, a Assembleia aprovava que o Estado não podia continuar a usufruir de serviços gratuitos de milhares de hectares em Lisboa, e perguntava por que era que esta lei não previa retirar o princípio de que o Estado estava isento de taxas, nomeadamente do IMI, sobretudo quando a Câmara Municipal de Lisboa prestava todos os serviços: iluminação, recolha de lixos, esgotos, segurança, vias de circulação, etc., etc., sem qualquer pagamento. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que a questão objectiva que o Deputado Municipal Carlos Marques levantara da pressão do betão, não era só um problema de qualidade, era também de quantidade. E que se relembra-se, por exemplo, a posição que a ANMP tomara aquando da reforma da tributação do património – costumavam ter a presença até do Secretário de Estado, na altura responsável pelo processo legislativo relativo a esta reforma – no sentido de fixar, por cima, as taxas do IMI em todos os Municípios. -

----- Portanto, no entender do PS esta questão do betão era uma questão objectiva que não se prendia apenas com a qualidade da receita, mas também com a quantidade e com o poder discricionário que os Municípios tinham nesse âmbito. -----

----- Quantos aos custos da capitalidade da Cidade de Lisboa, disse que era uma questão que tem sido amplamente debatida na Assembleia Municipal, sabia que tinha sido amplamente debatida no âmbito dos trabalhos conducentes à elaboração da Proposta de Lei das Finanças Locais, e, de facto, aquilo que foi conseguido foi o fim da isenção das taxas municipais, mas porventura poderiam questionar a ANMP, e o Sr. Presidente que também integrava os Corpos Directivos, sobre o porquê da questão não ter sido levantada, com mais acuidade, aquando desse processo negocial. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tendo ficado contente por a Deputada Municipal Marta Rebelo concordar com a perfeita legalidade da operação relativa à antecipação das rendas, perguntava-lhe, contudo, se a sua equidade intergeracional não se aplicava, por exemplo, ao esforço que as futuras gerações teriam que continuar a fazer para pagar os empréstimos que serviram para construir o PER. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que equidade intergeracional também não vivia sem transparência, e a verdade era que apesar dessa operação não ser ilegal, se a proposta de lei relativa ao novo regime do sector empresarial local for aprovada e entrar em vigor na data prevista, isto é, Janeiro de 2007, a dívida assumida pelas empresas municipais, em determinado contexto de resultados operacionais negativos, era consolidada com dívida dos Municípios e como tal contabilizada para efeito de limite ao endividamento municipal. -----

----- Portanto, sem dúvida tornar-se-á mais transparente, mas também sem dúvida se tornará muito mais solidária do ponto de vista da equidade intergeracional. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que o assunto que ia abordar estava espelhado na Moção n.º 11, que tratava do problema da Escola D. João de Castro. -----

----- Antes, porém, desejava informar que hoje mesmo, cerca das 10 horas, um grupo de pessoas, onde estavam professores e a própria Junta, entregaram uma carta com 397 balões, na Av. 5 de Outubro, à Sra. Ministra – enfim não a ela porque ela não os recebeu – carta essa que simbolizava cada um dos jovens, professores e funcionários que foram despejados da Escola D. João de Castro. -----

----- Passando ao assunto da Moção, disse que a Escola D. João de Castro encerrara, compulsivamente os seus alunos foram espalhados por sete escolas, duas das quais do concelho de Oeiras, algumas crianças tiveram que ir para Miraflores e outras para Carnaxide. Ainda ontem o pai de duas jovens gémeas lhe dizia que as suas filhas iam deixar de estudar porque não tinha dinheiro para pagar o transporte para Linda-a-Velha e terem que almoçar fora de casa. Havia mais dramas como este, mas o PS e a Sra. Ministra não queriam ouvir ninguém. -----

----- Disse, depois, que havia o despacho ministerial n.º 17.765, publicado no Diário da República de 17 de Julho de 2004, que dizia que as turmas deviam ter como número mínimo 24 e como máximo 28 alunos, mas na Escola Rainha D. Amélia, para onde foram alguns dos jovens que estavam na Escola D. João de Castro, havia turmas de 30, de 34 e de 37 alunos. Portanto, o Governo não cumpria a lei como era obrigado a cumprir. -----

----- Leu, seguidamente, um extracto do texto intitulado “Água Vai”, publicado no Jornal de Negócios, de hoje, que a determinada altura dizia o seguinte: -----

----- “Pensaria o ingénuo cidadão que a gestão do património dos interesses públicos deveria ser no mínimo transparente. Nada mais remota realidade, ou pelo menos assim parece. Quando se folheia o *dossier* da morte anunciada de um dos mais bem situados equipamentos de liceus públicos, ou escolas secundárias, de Lisboa, quiçá do País, pelos vistos não há argumentos racionais e mobilização pública que resistam à casmurrice, ou o futuro servirá de juiz à vertigem de retornos financeiros, a qualquer custo, para encerramento do Liceu D. João de Castro. -----

----- São 30.000 m2 de terrenos harmoniosamente urbanísticos, onde a escola se ergue no Alto de Santo Amaro, com vista para o Rio Tejo, a Ponte 25 de Abril e o Cristo Rei. Não é impossível que seja esta localização o potencial de mais uma mega negociata, o cutelo que pende sobre uma das escolas mais bem preservadas e equipadas da capital. -----

----- Paradoxo escandaloso de se encerrar um estabelecimento com condições raras num sistema de ensino público degradado. O liceu possui um grande ginásio, bem cuidado, com materiais de grande durabilidade, um dos melhores ao nível dos estabelecimentos de ensino público em todo o País. A existência de laboratórios experimentais, salas específicas, bibliotecas, refeitório, museu, anfiteatro, balneários, enquadra-se num ensino que se pretendia organizado, pensado e controlado. -----

----- Eu confesso-me perplexo com a arrogância de quem põe e dispõe, atropelando tudo e todos, quando se é um mero gestor da coisa pública” -----

----- Este artigo, disse, era assinado pelo jornalista da RTP e de assuntos africanos, António Mateus. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção, no tempo que restava ao BE, tinha por objectivo justificar a apresentação da Moção referente ao “Compromisso Portugal”, com a qual queriam fazer um desafio a todos os Deputados Municipais, a fim de corresponderem ao apelo que já ali foi lançado hoje por alguns, fossem os Deputados Municipais que entendiam que se deviam bater contra o autismo político, fossem aqueles que entendiam que se deviam bater contra as conviências políticas. -----

----- Para o BE, a realização de uma reunião que tinha como título “Compromisso Portugal”, que acolhera centenas de cidadãos que fizeram propostas que deviam ser debatidas e discutidas politicamente, porque mereciam sê-lo independentemente do seu conteúdo, parecia-lhes que a melhor forma de combater esse autismo político e de esclarecer eventuais conviências políticas, porque, infelizmente, alguns membros do Governo já tiveram ocasião de manifestar publicamente o seu acolhimento favorável relativamente a algumas propostas formuladas no âmbito do “Compromisso Portugal”, e era com esse objectivo que achavam que a Assembleia Municipal de Lisboa não deveria eximir-se de se pronunciar, politicamente, sobre as propostas que foram decididas e aprovadas por nessa assembleia. -----

----- Do ponto de vista do BE, as propostas eram politicamente inaceitáveis e deviam ser rejeitadas não apenas por esse facto, mas, sobretudo, porque eram propostas de uma gravíssima irresponsabilidade política e social. Eram propostas que pretendiam atingir milhares de cidadãos, mas que eram feitas sem qualquer justificação política, técnica ou do ponto de vista democrático. Eram propostas relativamente às quais, tal como outras que exigiam o pronunciamento político, o BE propunha que a Assembleia Municipal de Lisboa aceitasse o desafio de as rejeitar, inequívoca e taxativamente. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que em relação às recomendações apresentadas pelo PEV, sobre mobilidade, ciclovias e percursos pedonais, desejavam recordar que a União Europeia acabara de promover a realização da Semana Europeia da Mobilidade, com o fim de sensibilizar as pessoas a optarem cada vez mais pelos transportes públicos colectivos ou outros transportes não poluentes, em alternativa ao automóvel particular, como forma de melhorar o ambiente e a qualidade de vida cidadina. -----

----- Porém, segundo dados do Eurostat, Portugal continuava a aumentar o número de automóveis em circulação, sendo já o terceiro país com mais viaturas particulares e onde o transporte colectivo deixara de ser o meio de transporte mais utilizado, tendo o Metro, a Carris e a Transtejo visto fugir das suas linhas cerca de 80 milhões de passageiros, desde 2001. -----

----- Ora, Lisboa é signatária da Carta de Aalborg onde se comprometera a desenvolver padrões de mobilidade urbana sustentável, pelo que era preciso inverter esse preocupante rumo, sendo essencial apostar numa mobilidade sustentável que passasse por definir estratégias de articulação e intermodalidade entre meios de transporte, e que condicionasse o acesso do automóvel a determinadas zonas da cidade, dedicando-as, depois, à circulação pedonal, de bicicletas ou outros meios suaves de mobilidade. -----

----- Continuando, disse que desejava também recordar que hoje mesmo se realizava, em Burgos, a IV reunião anual das cidades participantes no Programa Civitas, da Comissão Europeia, iniciativa que tinha por objectivo desenvolver alternativas à utilização dos veículos privados nas cidades, reduzir a congestão do tráfego e a poluição citadina, e fomentar uma utilização mais racional da energia. No Programa, participavam 36 cidades europeias que pretendiam introduzir soluções inovadoras na planificação e gestão dos transportes. A Comissão Europeia já financiara esse Programa com cem milhões de euros, e gostariam de saber se Portugal iria fazer parte também desse programa. -----

----- E foi também na sequência desses princípios que, por exemplo, cerca de 700 velocipedistas fizeram o percurso ribeirinho entre Belém e o Rio Trancão, alertando para a necessidade de criação de corredores verdes, ou seja, trajectos de fácil mobilidade, seguros e saudáveis, para andar de bicicleta ou caminhar em segurança em percursos sem emissão de gases de efeito estufa, rodeados de património natural e histórico. E os organizadores declararam ter encontrado abertura, por parte da Vereação camarária, para avançar com o projecto de outros percursos complementares. -----

----- Sabendo-se que Lisboa se encontrava a preparar um Plano da Mobilidade, era nesse sentido que o PEV vinha apresentar propostas que defendessem a promoção de uma mobilidade sustentável e uma efectiva aposta em formas de mobilidade alternativas. -----

----- Por esses motivos, os eleitos do PEV propunham que a Assembleia Municipal recomendasse à Câmara Municipal de Lisboa que assumisse medidas, não apenas inovadoras, que permitissem começar a inverter os actuais padrões de mobilidade, mas permanentes contemplando-as no novo PDM; -----

----- Que o Plano de Mobilidade para Lisboa desse origem a uma diminuição do uso do automóvel individual no espaço urbano e a uma efectiva redução das emissões de óxido de carbono; -----

----- Promovesse acções de sensibilização e educação ambiental que alertassem para alterações de comportamento, sensibilizando a população para uma mobilidade alternativa e sustentável; -----

----- Que implementasse uma rede de ciclovias associada à estrutura verde e à rede escolar de Lisboa, complementada por uma rede de circuitos pedonais em bairros históricos, zonas comerciais e parques urbanos, num ambientes despoluído e mais saudável. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no uso da palavra, disse que logo no início do mandato foi abordado por um conjunto de moradores que reivindicavam o arranjo de toda a envolvente da Rua Maestro Jaime Silva Filho e que alertaram para a segurança de umas escadas ali existentes. Nesse sentido, informara a Câmara através de um ofício que tinha anexo um abaixo-assinado com assinaturas de mais de 100 moradores, mas até há cerca de uma semana e meia não houve qualquer intervenção nessas escadas. ----

----- No entanto, ontem mesmo foi garantido pelo Sr. Vereador António Prôa que finalmente a questão das escadas avançaria no sentido de se procurar arranjar uma

solução para breve, uma vez que se tratava de um talude que estava em perigo de ruir e era o único acesso ao Parque Bensaúde, pelo lado da Rua Cidade de Cadiz. -----

----- Portanto, agradecia ao Sr. Vereador a forma rápida com que interveio na matéria, sabia que já hoje foram colocados sinais a proibir o acesso à escada em causa, quando estava mal deviam dizer que estava mal, mas quando estava bem também deviam ali dizê-lo. -----

----- Mudando de assunto, disse que há mais de dois anos a Câmara aprovara a constituição do Conselho Municipal de Educação, que posteriormente foi ratificada pela Assembleia Municipal. O Decreto-Lei n.º 7/2003 referia que após a primeira convocatória o Conselho Municipal de Educação ficava perfeitamente habilitado ao pleno funcionamento, pelo que agradecia ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador Sérgio Lipari o facto de ontem mesmo ter havido a primeira reunião do Conselho para a discussão do regulamento interno e apresentação da Carta de Equipamentos. Finalmente conseguiram pôr em funcionamento o Conselho Municipal de Educação, ficou muito sensibilizado com isso, era uma promessa que estava a andar o que provava que se quisessem conseguiam levar as coisas avante. -----

----- Disse que o surpreendera deveras a Carta de Equipamentos, esperava que fosse possível, mas pensava que haveria ainda muita discussão à volta disso. -----

----- Mas, no âmbito da educação, desejava ainda valorizar a coragem do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto que, através do apoio às famílias, investiram na educação, com um ónus obviamente, mas com certeza todos os Presidentes de Junta estavam satisfeitos com essa medida. -----

----- Em nome das escolas, das crianças e dos pais de São Domingos de Benfica agradecia à Câmara esse projecto, esperando agora que realmente houvesse empenho da Câmara no sentido de chegarem ao apoio financeiro necessário por criança. -----

----- Sobre a proposta da Sra. Vereadora Marina Ferreira relativa ao tarifário dos parques de estacionamento da EMEL, disse que era importante referir que a Câmara assumira o actual regime legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 81/2006, de 21 de Abril, que em termos gerais definia que o fraccionamento do preço deveria ser por períodos máximos de 15 minutos. Mas o que pretendia sublinhar era a medida que a Câmara adoptara, pois, na verdade, ela foi mais longe já que para além do aprovado criava uma medida inédita para o sector ao permitir que após a primeira fracção de 15 minutos passasse a existir uma tarifa ao minuto dividida por uma fracção de 5 cêntimos. -----

----- Isso permitia reduzir o custo do estacionamento, permitia criar mais justiça nas tarifas para uma melhor regulação no mercado já que tinham discrepâncias enormes no estacionamento em Lisboa. Portanto, dera-se início, segundo pensava, à reformulação da política de estacionamento. -----

----- Terminou pedindo ao Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS, que quando falasse da Carris não se arrogasse no direito de falar em nome dos fregueses de São Domingos de Benfica, porque eles não partidarizavam a questão da Carris. Pessoalmente, como representante desses 31.000 eleitores, não lhe permitia que o fizesse porque isso prejudicava, acima de tudo, os fregueses e os cidadãos, e não militantes de partidos políticos. -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de dar a palavra ao orador seguinte, disse que, como já vinha sendo hábito, iria decorrer, em paralelo com os trabalhos do Plenário, a seguinte eleição: -----

----- “ELEIÇÃO DA LISTA ÚNICA DOS REPRESENTANTES DA AML PARA INTEGRAREM AS ENTIDADES A SEGUIR DESIGNADAS: -----

----- Comissão de Arrendamentos Habitacionais -----

----- PS – DM Ermelinda Lopes da Rocha Brito -----

----- PSD – DM António Paulo Quadrado Afonso -----

----- Comissão de Arrendamentos de Espaços Comerciais -----

----- CDS-PP – DM José Rui Roque -----

----- PSD – DM Domingos Alves Pires -----

----- Júri do Concurso para venda, por sorteio, de fogos no Empreendimento do Casalinho da Ajuda -----

----- PS – DM Hugo Alberto Cordeiro Lobo -----

----- XVI Congresso (Extraordinário) da ANMP -----

----- PSD – DM Nuno Roque” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que apenas queria acrescentar duas notas que não lhe foi possível referir na sua primeira intervenção. -----

----- E a primeira nota tinha a ver com a Sra. Presidente, por quem tinha a maior consideração e estima pela forma como exercia o cargo. Em relação à intervenção do público, que saudava e apelava até à sensibilidade do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores que têm responsabilidades sociais para algumas das questões que foram ali postas e que os tocaram, desejava dizer à Sra. Presidente que teria cometido alguma injustiça ao ter sido rigorosa com alguns dos intervenientes e não ter sido tão rigorosa com outros, nomeadamente com uma senhora que com certeza colocara ali uma questão muito pertinente – não estava por dentro dela – mas que esteve cerca de sete minutos e tal a fazer um ataque político pessoal a um ex-Vereador que já não se podia defender porque não estava presente, mas que foi um grande Vereador da Cidade de Lisboa, concretamente o seu camarada Vasco Franco. -----

----- Portanto, não houve preocupação nessa altura em ser-se rigoroso com o tempo. ----

----- A segunda nota tinha a ver com a Moção sobre o aeroporto da Ota, apresentada pelo PSD, porque era uma Moção importante relativamente à qual o PS iria votar contra porque os considerandos eram totalmente inaceitáveis. -----

----- Mas deixava um repto! Não sabia porque era que o PSD fazia essa Moção, porque o Sr. Presidente da Câmara, no discurso da sua tomada de posse, disse que um dos seus primeiros actos seria propor um debate de urgência à Assembleia Municipal sobre essa matéria, e até agora não o propôs. Portanto, não era preciso Moção nenhuma, ou então fazer-se uma onde se dissesse que era para cumprir a palavra do Sr. Presidente da Câmara. É que o PS estava completamente disponível e interessado em fazer esse debate de urgência sobre a Ota. Se o PSD retirasse esta Moção e a substituísse por outra onde se dissesse que a Assembleia Municipal devia deliberar fazer um debate, o PS

votaria a favor. Tal como estava, não a podiam votar a favor porque os seus considerandos já se inseriam num ataque político ao Governo. -----

----- Mas pretendia deixar claro que o PS não tinha problemas nenhuns, antes pelo contrário achavam que era importante haver ali um debate com um tempo específico para debaterem o novo aeroporto de Lisboa, estavam complementemente à disposição, mas estranhavam que o PSD, um ano depois, viesse falar sobre uma coisa que foi um compromisso inicial do Sr. Presidente da Câmara que até agora não fez nenhuma proposta concreta nem a Câmara pedira para agendar, e podia fazê-lo. -----

----- Portanto, o que entendiam era que o PSD não queria discutir sobre essa matéria, o que queria era ir ali fazer uma guerra de gerrilha, dizer umas coisas sobre a Ota porque não havia tempo para mais. O que o PS desejava era que se fizesse um debate sobre a Ota, que se cumprisse aquilo que o Sr. Presidente da Câmara prometeu mas que até agora não foi capaz de cumprir. -----

----- **A Senhora Presidente**, aludindo à primeira parte da intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que os municípios relativamente aos quais a Mesa permitira alguma tolerância, foram dois, cujos assuntos, pela complexidade que envolviam, naturalmente a requeriam sob pena de destituir de sentido a própria intervenção. -----

----- Relativamente à referência feita ao Sr. Vereador Vasco Franco, disse que não teria o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho notado que a referência não foi negativa, mas teria notado que aquando da sua resposta teve o cuidado de referir que tinha sido obtida e alcançada uma solução exactamente com o Sr. Vereador Vasco Franco. -----

----- Ficava, portanto, a explicação e a reposição, simultaneamente. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que foi com espanto que ouviu as palavras do Deputado Municipal Miguel Coelho, porque se de facto estava tanto de acordo que deveria haver um debate na Assembleia Municipal de Lisboa sobre a questão da Ota não se percebia a razão porque não o permitiam. Se iam votar contra a Moção era porque não estavam de acordo com o debate. -----

----- Referiu que o que o PSD propunha era que houvesse um debate na Assembleia Municipal, com várias personalidades, em que se discutissem claramente as várias opções do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa, e se o Deputado Municipal Miguel Coelho dizia que os considerandos eram inaceitáveis desejava que dissesse quais eram esses considerandos inaceitáveis e porquê. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, começou por se referir à Moção n.º 1, sobre a Carris, dizendo que não valia a pena adiantar ali muito mais sobre isso porque os resultados estavam à vista. O caos estava instalado na cidade no que dizia respeito aos transportes públicos, e essa era uma questão que, do ponto de vista do PCP, deveria merecer o repúdio de todas as forças partidárias. Aliás, na Sessão de Câmara, realizada no passado dia 19 de Julho, foi aprovado, por unanimidade, um parecer negativo às alterações propostas pela Carris. -----

----- Outra questão, e essa sim dizia respeito ao Governo, era que se já estivesse a funcionar a Autoridade Metropolitana de Transportes não chegariam à situação que

estavam a viver neste momento, pelo que, no entender do PCP, era realmente urgente a entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- Sobre a Moção n.º 16, disse que contrariamente àquilo que foi ali dito por um Deputado Municipal do PSD, ela não podia, neste momento, dar os parabéns ao Sr. Vereador responsável pelo Pelouro da Educação. Aliás, como membro do Comissão Permanente de Educação de Educação, lamentava que a Comissão não tivesse sido informada – não seria obrigatório mas teria sido delicado que assim fosse – que o Conselho Municipal de Educação iria ontem tomar posse. Por diversas vezes levantaram na Assembleia Municipal a questão da necessidade do Conselho Municipal de Educação tomar posse, e ontem à tarde, à mesma hora que o Conselho Municipal tomava posse, a Comissão estava reunida aprovando uma Moção exigindo que o dito Conselho começasse a funcionar. -----

----- Portanto, lamentava profundamente que não tivessem sido informados dessa situação. -----

----- Em qualquer dos casos, mantinham o teor dessa Moção porque não sabiam bem o que se passara ontem no Conselho Municipal de Educação e achavam que ele tinha que entrar em funcionamento urgentemente. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse que era publicamente reconhecida a necessidade de promover uma política de descentralização para que o Estado central e local pudessem cumprir adequadamente as suas funções, garantindo o desenvolvimento equilibrado e sustentado do País, e permitindo uma justa distribuição de recursos a nível regional e local e corrigindo as assimetrias existentes. --

----- O Governo resolvera, e bem, apresentar uma Proposta de Lei das Finanças Locais, mas, infelizmente, este processo determinante para o futuro de 308 municípios e mais de 4.000 freguesias, não estava a decorrer da melhor forma. O Governo não ouvira a Associação Nacional de Municípios Portugueses ou os autarcas que a título individual, caso do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, os quais expressaram a rejeição da Proposta de Lei nos termos actuais, ou autarcas mais comedidos que demonstraram reservas como foi o caso de alguns autarcas do PS, nomeadamente o Dr. José Apolinário, Presidente da Câmara Municipal de Faro e ex-Presidente da Juventude Socialista, ou o Sr. Manuel da Luz, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, que mostraram oposição à actual Proposta de Lei. -----

----- Quanto ao princípio da autonomia das autarquias locais e da descentralização administrativa, disse que tal era garantido pela Constituição da República, onde, de forma inequívoca, era dito que o regime de finanças locais seria estabelecido por lei e visaria a justa repartição de recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias, e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. A tutela administrativa consistia unicamente na verificação do cumprimento da lei, e a própria Constituição garantia que uma eventual revisão constitucional teria que respeitar a autonomia das autarquias locais. -----

----- Atendendo a esse conjunto de pressupostos, a Proposta de Lei de Finanças Locais a apresentar pelo Governo à Assembleia da República no próximo dia 11 de Outubro,

vinha pôr em causa a Constituição da República Portuguesa, conforme, aliás, reputados juristas e constitucionalistas que já deram pareceres sobre a matéria e a dita proposta. --

----- Na parte técnica da Proposta de Lei, o próprio Governo afirmava querer manter o princípio da neutralidade, mas verdade era que no artigo 29º aceitava variações negativas que podiam ir até 5% ou 2,5% ao ano. Portanto, a questão que ficava era a neutralidade global, e neutralidade global fazia lembrar aquela pequena história do frango em que um senhor comia um frango outro não comia nenhum e a média era que cada um comeu meio frango. Isto é, a neutralidade em que uns perdiam e outros ganhavam teria muito pouco a ver com neutralidade, embora se pudesse acreditar que o valor a ser distribuído fosse efectivamente igual. -----

----- Sobre a responsabilidade fiscal do Estado, disse que ao transferir para as autarquias locais a decisão sobre a eventual descida de IRS a pagar pelo contribuinte, num valor que pode ir até 3%, quando a Administração Central era responsável por 95% das receitas, era querer transferir o odioso e o ónus de fazer acreditar aos contribuintes que se não tinham impostos mais baixos a culpa era das autarquias locais. Ora, quando o Estado central tinha 95% dos recursos isso era simplesmente inaceitável.

----- Em termos de receitas das autarquias locais, disse que ao manter no artigo 12º da Proposta de Lei a isenção do imposto municipal sobre imóveis e de imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis para todos os imóveis propriedade do Estado, das regiões autónomas e de qualquer serviço ou estabelecimento, essa medida penalizava todas as autarquias, e convinha que fosse dito que não era um problema só de Lisboa. Lisboa, por ter a maior parte dos serviços centrais do Estado, nomeadamente 297 direcções-gerais e mais de 100 institutos públicos, era, efectivamente, quem mais sofria com essa questão devido aos custos da capitalidade, mas também os restantes municípios que tinham imóveis da Administração Central se viam afectados relativamente a uma verba a que teriam direito. -----

----- Disse, ainda, que os Municípios iam receber menos verbas por transferência do Estado, iam deixar de poder recorrer ao crédito, a Proposta de Lei vinha governamentalizar o Poder Local colocando-o, em várias situações, na total dependência decisória e discricionária de diversos Ministérios. Nomeadamente chamava a atenção para a questão do reequilíbrio financeiro municipal, que a acontecer com algumas Câmaras Municipais as colocava quase ao nível de uma Direcção-Geral que teria que responder ao Ministério da tutela ou ao Ministério das Finanças. A transferência de novas competências era essencial para melhorar a eficiência e a prestação dos serviços públicos, mas essas teriam que ser acompanhadas das respectivas verbas. -----

----- Referiu que a ANMP, sob a Proposta de Lei das Finanças Locais assumira a posição de rejeição, nos seguintes termos: -----

----- “A Associação Nacional de Municípios Portugueses rejeita, inequivocamente, a Proposta de Lei de Finanças Locais que Governo submeteu à aprovação ao Conselho de Ministros. Rejeitamos que na proposta surjam perdas de legítima autonomia política e administrativa que a Constituição da República Portuguesa consagra, aceitando a Associação Nacional de Municípios Portugueses todas as regras que visem melhorar a

gestão autárquica, que lhe garantam uma maior transparência, mas nunca permitiremos que qualquer Ministério, ao arrepio da Lei Fundamental, decida sobre aspectos de gestão municipal.” -----

----- Era de salientar que o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios decidira, por unanimidade, a convocação de um Congresso extraordinário para o próximo dia 4 de Outubro para a discussão da Proposta de Lei de Finanças Locais, a qual, em absoluto, não podia ser encarada como um assunto encerrado. Era necessário obter um largo consenso nacional para, com sucesso, se conseguir travar essa lei nos moldes presentes, a qual constituía um verdadeiro ataque ao Poder Local e à sua independência. -----

----- Mas esse objectivo exigia também a participação e o envolvimento dos autarcas do PS, em particular os da Assembleia Municipal de Lisboa, porque era necessário manifestar profunda preocupação e desagrado junto do Governo e da Assembleia da República, nomeadamente pelo facto do Governo não ter demonstrado a mínima abertura a um diálogo construtivo com a ANMP. -----

----- Disse, ainda, que a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico estava mandatada pela Assembleia Municipal para a marcação de audições junto dos vários Grupos Parlamentares da Assembleia da República, mas, infelizmente, até ao momento presente a Comissão não tinha reunido, não cumprindo o Regimento. Aguardavam, com expectativa, que as *démarches* necessárias para as marcações das referidas audições fossem efectuadas. Neste momento crucial para as autarquias locais, era obrigação de todos os autarcas, independentemente da sua posição partidária, defender a autonomia e a independência das autarquias. -----

----- Por fim, aludindo à intervenção da Deputada Municipal Marta Rebelo, perguntou-lhe se assumia que esta Proposta de Lei das Finanças Locais defendia o interesse das autarquias e em particular os interesses da autarquia de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** disse que no seguimento da sua intervenção anterior e depois do que foi dito pelo orador do PSD que se seguiu, aquilo que pretendia reafirmar era que o PS desejava que se cumprisse o compromisso do Sr. Presidente da Câmara, na sua tomada de posse, no sentido de se fazer uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para debater a questão do aeroporto da Ota. Isso é que era necessário fazer, e isso era o que o Sr. Presidente da Câmara devia a todos, porque foi um discurso de tomada de posse. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que ia apenas apresentar duas questões muito breves, a primeira das quais, sobre a EPUL, dirigida ao Sr. Presidente da Câmara. Todos tinham presente a matéria para votar, sabiam da questão dos prémios de gestão que foram entregues a administradores, e também a uma ex-Vereadora da Câmara Municipal. -----

----- Sabiam, pelos jornais, que os administradores já teriam devolvido os prémios de gestão, mas a questão que colocava, tendo em conta a importância da EPUL noutra caminho que deveria ser aquele que devia trilhar e não aquele que estava a trilhar, era se a Sra. ex-Vereadora Eduarda Napoleão também já devolvera os prémios à EPUL.

Isto porque a Sra. ex-Vereadora disse a um jornal que ainda não decidira, mas, efectivamente, devia decidir devolver dinheiros que foram indevidamente recebidos. ---
----- A segunda questão tinha a ver com as piscinas, porque, ao que parece, havia uma decisão de requalificar as piscinas do Campo Grande, Olivais e Areeiro, mas uma assessora do Sr. Vereador Pedro Feist dizia, no jornal Público de 18 de Setembro, que tudo estava em aberto. Portanto, desejava saber se de facto estava tudo em aberto ou se podia mesmo felicitar a Câmara pela requalificação que se projectava para essas piscinas. -----
----- **A Deputada Municipal Virgínia Estorninho (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Governo aprovara uma nova Lei das Finanças Locais – que deveria ter o nome de lei da morte da autonomia local – a qual iria à Assembleia da República no dia 11 de Outubro, e, por isso, não podia hoje deixar de chamar a atenção de todos os autarcas para a necessidade de lutarem contra a mesma. Não tanto por mais ou menos dinheiro, mas sim pela inconstitucionalidade de vários conceitos e pelo controlo que o Governo pretendia exercer nas autarquias, passando-lhes um atestado de menoridade política. ---
----- Disse que não era inocente o seu aparecimento precisamente na altura em Portugal comemorava os 30 anos do Poder Local Democrático. Eram agora confrontados com uma nova fórmula que colocava em causa todos os valores conquistados ao longo desses anos. Com esta Lei das Finanças Locais todos os esforços em prol do bem-estar das populações passavam a ser em vão já que as Câmaras deixariam de ter autonomia financeira e conseqüentemente autonomia de execução. -----
----- Dessa forma ficava em risco o desenvolvimento harmonioso do País, contribuindo para a desertificação do interior que ficaria altamente penalizado com este documento que punha em causa todo o trabalho realizado. Ficavam os Presidentes de Câmara sem a mínima garantia de poderem cumprir com os seus compromissos passando a depender, politicamente, do arbítrio do Governo Central. -----
----- Com tudo isso, o Governo estava ao mesmo tempo a promover uma campanha pública de descredibilização do Poder Local Democrático, descartando-se da responsabilidade da inércia da Administração Central no controlo do défice público, passando o ónus para as autarquias locais. -----
----- Mas era importante que se sublinhasse que o tão falado aumento da despesa das autarquias, inclusive com o pessoal, resultava das decisões da própria Administração Central ao responsabilizar a Administração Local em áreas que seriam da sua competência, tais como o pré-escolar, os transportes escolares, a acção social e a protecção civil, entre outros serviços. Não bastava dizer que a despesa aumentava, era preciso que se explicasse porquê! -----
----- Disse, ainda, que perante esta realidade não podiam deixar de manifestar repúdio por esta Proposta de Lei das Finanças Locais, que colocava em causa os princípios pelos quais se regiam no desempenho das funções, como homens e mulheres eleitos pelo povo, perante o quadro desastroso que se apresentava se essa lei fosse colocada em prática tal como estava definida. -----
----- Esta lei, aliada a todas as medidas que o Governo vinha tomando, fechando centros de saúde, escolas, maternidades, etc., mostrava o gosto centralista do Governo, com um

forte pendor autoritário que lhes causava apreensão. Por isso, o repúdio por essa lei e pensava que todos os autarcas, que ao longo dos anos andaram a defender a autonomia do Poder Local, deveriam estar unidos nesse mesmo repúdio. Por um Poder Democrático e solidário, continuariam a luta. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que, com um grupo de Deputados Municipais e Vereadores, tiveram ocasião de visitar, nos últimos dias de Julho, o Túnel do Marquês, e não foi tranquilizante a visita porquanto não foram dissipadas, mas antes avolumadas, as dúvidas que sobre essas questões de segurança desde há muito avultavam e que grande número dos membros da Assembleia sentiam. -----

----- Era certo que a altura em que visitaram a obra era ingrata, sem acabamentos, sem sinalização e sem eliminação. Mas a inclinação estava lá, brutal! -----

----- Disse que o traçado, em planimetria e em altimetria não cumpria, aparentemente, todas as regras da boa arte. O perfil longitudinal e a sua inserção nos ramos, especialmente a ligação ao Marquês de Pombal, provocavam-lhes dúvidas. Tratava-se, obviamente, de uma apreciação rápida, a olho, que rectificariam, se necessário. -----

----- Mas, sobretudo, o que lhes pareceu pouco tranquilizador foram as respostas à questão sobre a evacuação dos fumos e combate a incêndios, remetida para que existiam estudos sobre o assunto, mas eles estiveram ausentes durante a visita. -----

----- Disse que ia para dois ou três dias que o canal da National Geographic apresentara um impressionante documentário sobre o desastre que, há alguns anos, ocorrera na Áustria, num túnel bastante inclinado. O documentário, muito bem feito, mostrou a forma como o incêndio deflagrara e os efeitos que na velocidade de propagação teve a questão da inclinação do túnel, e porque razão cerca de 160 pessoas morreram e só 14 sobreviveram por ter conseguido furtar-se ao chamado “efeito chaminé” que ali tantas vezes era referido. Tiveram a coragem de correr para o fogo, e para baixo, em vez de se afastarem do fogo e correrem para cima, e os efeitos desse “efeito chaminé” foram tão gravesos que houve pessoas que mesmo fora do túnel vieram a perecer. -----

----- Assim, apelavam à Câmara que não pusesse a obra a funcionar, total ou parcialmente, sem que todos os quesitos de segurança estivessem implantados e, sobretudo, testados. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que o seu protesto era o mais simpático que podia ser, mas de facto o Deputado Municipal Silva Dias, como, aliás, todos os membros da Comissão que fizeram a referida visita ouviram as explicações mais profundas e mais exaustivas, quer pelo Sr. Presidente da Câmara, quer pelos técnicos responsáveis pela obra, assim como também projecções e apresentações de tudo aquilo que iria acontecer em relação aos fumos, à inclinação e outros aspectos. -----

----- Se aquela obra pudesse, eventualmente, causar alguma impressão por força de determinada inclinação, que era evidente que tinha mas não era aí que estava o busílis da questão, a alguém que fosse mais ou menos inculto na arte até admitia, mas para o Deputado Municipal Silva Dias, que era arquitecto com nome feito e um profundo conhecedor da matéria, tudo aquilo para ele era muito mais fácil de ler e também as

explicações eram muito mais perceptíveis. E as explicações que o Deputado Municipal Silva Dias teve oportunidade de ouvir – como ele próprio também teve – satisfizeram então plenamente todos os argumentos que agora expendera na sua intervenção. Aliás, naquilo que poderiam considerar como conclusão, o Deputado Municipal Silva Dias aceitara pacificamente as explicações que foram dadas. -----

----- Portanto, esta situação de comparação alarmista – e este era o seu protesto – com o túnel da Áustria, onde de facto morreram várias pessoas, efectivamente não vinha a propósito. Aliás, entendia mesmo que era de algum mau gosto comparar aquilo que aí aconteceu e o desastre humanitário que representara, com a obra do Túnel do Marquês que, segundo as explicações que foram dadas a todos os membros da Comissão, tinha todas as normas de segurança. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, em contraprotesto, disse que de facto a visão da realidade era muito diversa. Recordava, até para encerrar este incidente, que as explicações que lhe foram dadas, sobretudo no que dizia respeito à evacuação de fumos, foi que em relação a isso havia um estudo muito exaustivo, que podia ficar descansado, e isso levava-o inclusivamente a dizer, com um certo humor negro: “a mim ninguém me apanhará aqui dentro”. E o tal documentário que viu há dias reforçara essa ideia. Podia garantir que, efectivamente, não saíra seguro daquela visita. -----

----- Mas fazia justiça que o estado actual da obra era o estado mais ingrato de uma obra, sem acabamentos, sem sinalização, etc., e acreditava, e por isso fazia o apelo à Câmara no sentido de garantir a todos que as condições de segurança estavam implementadas e sobretudo testadas, porque o problema que aquele documentário lhe suscitara é que foi por uma questão de informação que aquelas 14 pessoas conseguiram salvar-se, porque entre elas estava um bombeiro voluntário que disse: “não corram para cima, corram para baixo”, e isso salvou-lhes a vida. -----

----- Isto, disse, só para mostrar como era periclitante a situação de um túnel com uma inclinação de 9%, e que era preciso que fossem prudentes e instituísem todos os processos e todos os métodos de segurança. -----

----- **O Deputado Municipal Graça Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, no uso da palavra, disse que se congratulava com o início e abertura da piscina de Santo Condestável, uma infra-estrutura que estava construída há um ano, mas que só há dias começara a funcionar. -----

----- Contudo, isso não o impedia de apresentar o seu mais veemente protesto de desagrado em relação ao Gabinete do Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, que ignorara completamente a Junta de Freguesia na inauguração e abertura da piscina. -----

----- Durante este primeiro ano de mandato fizeram várias perguntas à Câmara sobre quando abriria a piscina, tiveram uma reunião com o Gabinete do Sr. Vereador e apresentaram um memorando que à cabeça tinha o problema da piscina, ele próprio falou várias vezes com o Sr. Vereador do Pelouro do Desporto que o informou que quando abrisse a piscina lhe comunicava, a Junta comprometera-se com os fregueses a fazer um aviso esclarecedor sobre quando a piscina abria e, evidentemente, mais

informações sobre a matéria, mas o que era um facto é que a piscina foi inaugurada sem qualquer conhecimento da Junta de Freguesia. -----

----- Este era o seu protesto! A Junta de Freguesia de Santo Condestável foi ignorada pelo Gabinete do Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto. Felizmente isso não vinha acontecendo com os Gabinetes dos outros Vereadores, mas não podia deixar de lamentar profundamente que tal acontecesse relativamente ao Gabinete do Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por dizer que ia abordar três questões: a primeira relativa à abertura do ano escolar, a segunda relativa às acessibilidades na sua freguesia, designadamente no Alto do Lumiar, e a terceira sobre a questão já ali levantada nesta reunião, acerca da Quinta de Nossa Senhora da Paz. -----

----- Quanto à primeira questão – abertura do ano escolar – disse que, para si, tem sido uma satisfação enorme verificar a forma como tem decorrido a abertura do ano escolar na Freguesia do Lumiar, designadamente no ensino privado que tem feito diversos convites para a abertura do ano lectivo, e dava gosto ver a actividade privada trabalhar como trabalhava nessa matéria. -----

----- Por outro lado, em relação ao ensino público desejava também referir a qualidade que verificara na parte dos Conselhos Directivos e dos diversos coordenadores, no sentido acertarem o passo e transformarem o ensino público num ensino de qualidade. -

----- Da parte da Junta de Freguesia do Lumiar, ajudara desta vez a Câmara pondo à sua disposição as instalações do seu ATL, no qual gastara cerca de 30.000 contos em 2002 e 2003, esperando, com isso, que essas instalações do ATL fossem transformadas num futuro jardim-de-infância. -----

----- E, falando em jardins-de-infância e creches, pretendia referir que se verificava um grande défice desses equipamentos naquela zona da cidade. Efectivamente, não se compreendia que estivessem a colocar população naquela zona e que depois não tivessem condições para que as pessoas pudessem ter os seus filhos em jardins-de-infância, porque havia cerca de 1.000 vagas no ensino privado e 500 no ensino público. Esperava que o jardim-de-infância da Quinta dos Frades fosse efectivamente construído como já há muito constava do plano da Câmara Municipal. -----

----- Sobre a questão das acessibilidades no Alto do Lumiar, disse que não queria deixar passar sem mencionar a dificuldade que a população que vivia na Charneca e no Alto do Lumiar tinha hoje para sair daquela zona nas horas de ponta. Realmente eram filas enormes que era preciso ter em atenção, até porque bastava um pouco de atenção por parte da SGAL e por parte da UPAL para se alargarem as vias no Alto do Lumiar para permitir que a circulação se efectuasse com um certo cuidado. -----

----- Chamava a atenção para isso, porque se batera no início do anterior mandato para que fosse construída a Av. Santos e Castro, que ainda não estava concluída, e para que fosse construído o viaduto do Eixo Norte-Sul, porque tinha a certeza que se esse viaduto e a Av. Santos e Castro estivessem construídos hoje teriam liberdade de circulação no Alto do Lumiar. -----

----- Ainda em matéria de acessibilidades agradeceu à Câmara as obras na Alameda das Linhas de Torres, que há muitos anos havia necessidade de serem efectuadas, e, finalmente, estavam em início de execução e iriam demorar três a quatro meses. -----

----- Referindo-se à questão da Quinta de Nossa Senhora da Paz, depois de pedir a atenção de todos para aquilo que ia abordar em relação a essa matéria, começou por agradecer à sua bancada, que era uma bancada eficiente e interessada em resolver os problemas da cidade, o ter-lhe dado nesta questão liberdade de voto, e dentro de momentos diria qual seria o seu sentido de voto na Moção n.º 8, apresentada pelo PS, relativamente à Quinta de Nossa Senhora da Paz. -----

----- Disse que a Quinta de Nossa Senhora da Paz tem sido uma constante preocupação dos moradores da zona do Lumiar e de todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, e também da própria Assembleia Municipal onde já por duas vezes foram aprovadas, por unanimidade, moções e recomendações tendo em atenção a requalificação da Quinta. -----

----- Hoje, voltava o PS com uma Moção focando que pelo Executivo municipal foi deliberado proceder-se à alienação da Quinta de Nossa Senhora da Paz. Muitas vezes havia questões que podiam repensar e ver se era possível ainda voltar atrás, e nesta questão da Quinta de Nossa Senhora da Paz ninguém podia pensar que o Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar abdicava disso depois de ter colocado no seu programa eleitoral a questão da requalificação das quintas de Nossa Senhora da Paz e dos Lilases. A Quinta dos Lilases tinha terminado a sua requalificação e dentro de dias iria abrir, e quanto à Quinta de Nossa Senhora da Paz tiveram então conhecimento que o processo de venda que estava em curso. -----

----- Mas sobre as quintas desejava referir, mais uma vez, a luta da população do Lumiar e de todas as forças políticas na sua requalificação, porque se não fosse a intervenção da população, da Assembleia Municipal e de todas as forças políticas, teriam hoje uma avenida no meio da Quinta das Conchas, e a Quinta dos Lilases transformada num parque de estacionamento e com prédios construídos. Mas, ao contrário disso, era hoje uma zona verde de extraordinária qualidade que não os envergonhava perante qualquer país europeu, deviam ter gosto de pertencer a esta Europa desenvolvida mas só pertenceriam se tivessem qualidade nos equipamentos que apresentavam. As quintas das Conchas e dos Lilases eram um desses equipamentos, e tinham que agradecer aos Executivos que se preocuparam, desde 2001, para que aqueles espaços tivessem sido requalificados. -----

----- Ainda sobre a Quinta de Nossa Senhora da Paz, disse que no programa elaborado em 2005 para a zona do Lumiar, a Junta empenhara-se em que dele constasse que essa Quinta deveria ser requalificada, pelo que ninguém poderia esperar, nem o Sr. Presidente da Câmara que era eleitor do Lumiar, que o Presidente da Junta, que teve no seu programa a requalificação da Quinta, ali fosse agora dizer que abdicava disso. Os eleitores do Lumiar teriam que saber que o seu Presidente de Junta cumpriria aquilo que prometera à população e que constava do seu programa eleitoral. -----

----- Por tudo isso, iria votar favoravelmente a Moção n.º 8, apresentada pelo PS, e acrescentava que o facto de agora virem mencionar o Museu do Brinquedo e da Criança

o alegrava extraordinariamente, e achava que era uma boa solução para aquele edifício, até porque muitas vezes sentia esse problema na Freguesia do Lumiar! Por que era que os estabelecimentos de ensino público e privado haviam de ir ter à Junta a pedir que lhe arranjasse um autocarro para irem a Sinta ver o Museu do Brinquedo e da Criança? Seria que na capital não precisava duma coisa dessas? Parecia que não! -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que não se sentiria bem se não falasse ali do novo ano escolar, como se processara a sua abertura, porque havia aí situações de responsabilidade, que assumia e aceitava, e no fundo queria dar uma informação. -----

----- Disse que tem tentado, com a ajuda de todo o Executivo, reforçar as atribuições e competências ao nível da educação, e foi isso que se fez quando se passou a ter um regime de proximidade muito diferente com os agrupamentos e com todos os agentes educativos, como também foi isso que se fez quando se assumiram como entidade promotora do enriquecimento curricular. Isto é, quando foram ao encontro do Despacho Ministerial 12.591, de 16 de Junho, que no fundo provocara uma revolução tranquila. --

----- Quando a 16 de Junho disseram que no próximo ano lectivo iriam ter de enfrentar toda uma mudança a nível dos complementos de aquisição de conhecimentos das crianças, que iam muito para além das competências básicas que, como se sabia, eram o português, a matemática e o estudo do meio, e que era necessário dar novos conteúdos no que dizia respeito ao inglês, à actividade físico/desportiva, à introdução à cidadania e à música, muitos diziam-lhe que não fosse por aí, que pusesse primeiro a política à frente do interesse público, mas esse não foi o caminho. -----

----- Não foi, e isso implicou um trabalho extremamente relevante em prol das crianças, porque estavam em causa 96 escolas, 20.000 crianças, 8.000 novos conteúdos pedagógicos, 30 agrupamentos e cerca de 300 instituições, e foi necessário negociar, contornar, falar e transpor todos os obstáculos para poderem pôr tudo isso a funcionar. --

----- Mas havia uma coisa de que não abdicavam, uma política que visasse um sentido público e estava aí em causa a universalidade, a gratuidade e também, no fundo, a democraticidade do ensino. E quando se apercebera que essas chamadas actividades de tempos livres apenas chegavam a cerca de 6.000 crianças e que as podiam potencializar a 16.000, dissera que tinham que enfrentar esse desafio, que não podiam abdicar dele. Tanto mais que havia o compromisso eleitoral de terem a escola aberta entre as 8 e as 19 horas. -----

----- E esse compromisso eleitoral, como era sabido, passava pela componente de apoio à família. Era necessário garantir duas vertentes, a primeira das quais era que esses conteúdos pedagógicos fossem suficientemente ricos e que fossem gratuitos e universais, e a segunda era que a permanência das crianças na escola fosse em função das necessidades das famílias. Estava aí em causa a reconciliação profissional e pessoal dos educadores, e a Câmara sabia que era urgente ultrapassar e fazer mais pelas crianças. -----

----- Portanto, estava à espera que hoje muitos Deputados Municipais tivessem dado os parabéns ao Executivo, porque, afinal, tudo tinha corrido bem! Mas muitas vezes o que tinha mérito não era dito, preferia-se realçar muitas situações de menos importância. ---

----- Contudo, desejava salientar que isso não se devia só à Câmara, devia-se também ao empenho do Sr. Presidente da Câmara e dos agentes educativos ao quererem essa mudança. E quantas vezes ouvia falar mal dos professores! Apenas dizia uma coisa, que lhes dessem mais autoridade porque foi com eles que a Câmara fez esta mudança. -----

----- E quando a Sra. Deputada Municipal Ana Páscoa dizia que ninguém disse nada à Comissão de Educação sobre o Conselho Municipal, que ontem reunira, o que tinha a referir era que ele próprio disse, neste mandato, que imediatamente ia reunir o Conselho Municipal de Educação. Conseguira fazer isso ontem, mas porquê desde 2003 não estava ele a funcionar com parceiros indispensáveis? Se calhar os problemas que se colocaram ao nível da Escola D. João de Castro e ao nível dos ATLS nada disso se colocaria se tivessem um órgão pujante. Tinha muita confiança, tinha muita esperança no Conselho Municipal e iria fazer tudo para que ele funcionasse da melhor forma. -----

----- Por conseguinte, podiam estar descansados que o Conselho Municipal de Educação, presidido pelo Sr. Presidente da Câmara e nas suas ausências por si, seria um grande fórum para a educação. -----

----- Mas igualmente desejava dizer que também não ouviu ninguém ali falar de que pela primeira vez, nesta Câmara, se adjudicara, a tempo e horas, antes do início do ano escolar, sem ajuste directo mas sim através de um concurso público internacional, as refeições para as escolas. Estavam em causa cerca de cinco milhões de euros, estava em causa a transparência de que o Executivo não abdicava. -----

----- Aliás, este era um Executivo novo, estava em causa dar mais e melhor, ter por exemplo mais confecção a nível local, porque o Sr. Presidente da Câmara gostava, mas isso implicava requalificar o parque escolar. E sabiam qual a primeira notícia que teve dos seus serviços quando chegou à Câmara? Foi que eram necessários 50 milhões de euros para se conseguir requalificar. Mas depois, com a determinação do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente da Câmara, com todas as dificuldades financeiras que a Câmara tinha, a verdade era que estavam quase a concluir uma parceria público/privada que poderia disponibilizar 30 milhões de euros para enfrentarem isso. -----

----- Portanto, a nível de educação, tiveram muita sensibilidade, souberam ser transparentes, tinham um serviço a nível de enriquecimento curricular que esperava os viesse a orgulhar, pelo que pedia confiança à Assembleia e que entendesse que esta revolução tranquila se devia muito ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo. ----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou ao Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto como era que estava a pensar resolver o problema das crianças da escola n.º 109. -----

----- Dado que falara na abertura do ano escolar, não tencionava abordar hoje esta questão, mas efectivamente tivera conhecimento que nessa escola, na Ameixoeira, as obras só estariam prontas no final de Outubro, e se era verdade desejava saber onde é que iriam ficar os meninos dessa escola uma vez que as famílias já estavam a trabalhar.

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que nem contava que a Deputada Municipal Ana Páscoa viesse agora com este problema porque pensava que estaria melhor informada, já que, de facto, as crianças estavam em aulas. -----

----- De facto, a escola n.º 109, da Ameixoeira, era uma escola que tinha graves problemas de segurança, e porque não podiam brincar com segurança nem com o ambiente das crianças, de imediato as transferiram para a escola n.º 31, no Lumiar. Aliás, até estava à espera que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar ali tivesse dito o trabalho que fizeram, porque ele sabia que foi um trabalho fantástico que foi desenvolvido pelo Executivo municipal num tempo *record*. -----

----- Portanto, muito se admirava que a Deputada Municipal Ana Páscoa visse agora colocar uma questão de segurança das crianças, quando elas estavam a trabalhar e a Câmara a fazer o melhor que era possível perante aquilo que herdara. -----

----- Era essa a resposta que deixava, com a certeza de que essas crianças iriam ter os mesmos direitos que as outras. -----

----- **A Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que pretendia dizer ao PS e ao subscritor da Moção n.º 6, o Deputado Municipal Miguel Coelho, que o endividamento existia ou não existia, e neste caso não existia endividamento. Portanto, a primeira questão era que aquilo que foi aprovado na última Sessão de Câmara não era ilegal porque não constituía endividamento, e não constituía endividamento porque houve uma transferência de risco e não se prestaram quaisquer garantias. -----

----- Por outro lado, importava dizer também que não eram todas as rendas como se referia na Moção. Aliás, essa Moção, do seu ponto de vista, tratava um assunto muito sério de uma forma pouco séria, porque o Deputado Municipal Miguel Coelho deveria ter posto qual a percentagem de rendas que eram afectas a essa operação e não todas as rendas. -----

----- Naturalmente que se salvaguardara o regime normal da GEBALIS, porque de maneira nenhuma se iria fazer uma operação que pudesse pôr em risco o funcionamento normal da empresa. Com esta operação, que não era ilegal, que não era endividamento encapotado, conseguia-se não só o saneamento financeiro da empresa como – e isto era muito importante – um fundo de 60 milhões de euros que permitiriam uma intervenção faseada nos diferentes bairros onde era preciso fazer obras, quer no edificado, quer no espaço público. -----

----- Portanto, numa única operação, que era legal, que não comprometia o funcionamento da empresa, que lhe devolvia o seu saneamento financeiro e que lhe permitia constituir um fundo de investimento indispensável para melhorar rapidamente os bairros que em tão mau estado encontrara, pensava que era uma proposta que, neste momento já aprovada, mereceria uma crítica diferente daquela que lhe foi feita. -----

----- Disse, a terminar, que essa Moção, do seu ponto de vista era indigente, continha factos inverídicos, e não tratava seriamente uma questão que era séria. Provavelmente tratava-se de excesso de zelo do Deputado Municipal Miguel Coelho, que era algo que estava no seu direito de ter, mas pensava que esse excesso de zelo não poderia recair sobre uma questão que era muito séria, que era efectivamente a questão da GEBALIS como entidade que geria aqueles bairros, sendo que aquele património não era alienado e a relação dos moradores se mantinha com a GEBALIS que cobrava as rendas e fazia a gestão social dos bairros. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse não sendo católico apesar de tudo ia perdoar à Sra. Vereadora a palavra “indigente” porque entendia que tinha exagerado no termo. -----

----- Mas de forma muito clara desejava dizer à Sra. Vereadora que esta não era uma Moção contra a GEBALIS, mas sim uma Moção em defesa da empresa. Todos sabiam que durante o mandato anterior, do PSD/CDS-PP, com a presidência do Sr. Dr. Santana Lopes, foram feitos contratos-programa com a GEBALIS para a empresa intervir nalgumas obras de recuperação na cidade, em património disperso, que não estavam no seu horizonte de funcionamento. E o que aconteceu foi que a Câmara não honrara com a GEBALIS as próprias execuções financeiras daquilo a que ficara obrigada quando assinara o contrato-programa. -----

----- Portanto, com esta Moção o que estavam a fazer era responsabilizar, politicamente, a gestão do PSD/CDS-PP por aquilo difícil existia na Cidade de Lisboa. Mas havia uma coisa que queria dizer! A Sra. Vereadora provavelmente não estava na Assembleia quando ele e a Deputada Municipal Marta Rebelo intervieram sobre esta Moção, porque ninguém ali disse que esta operação era ilegal, a Sra. Vereadora ou leu mal ou quisera agora usar esse termo para insinuar qualquer coisa, porque, de facto, ninguém disse que era ilegal. -----

----- O que diziam, isso sim, era que não deveriam ser assumidos compromissos – e eticamente era condenável na opinião do PS – para além do mandato em curso, e com esta operação financeira estavam a hipotecar a liberdade política do próximo Executivo municipal, que poderia ser até da actual maioria ... -----

----- A alguns apartes o Deputado Municipal Miguel Coelho respondeu que já ouviu hoje o PSD reconhecer, pela primeira vez, que este aeroporto já não tinha capacidade para mais, haveriam de chegar lá daqui a uns tempos com certeza. Ao CDS-PP é que só ouvira agora dizer, pela primeira vez, qualquer coisa em relação à Ota, mas também teriam oportunidade de discutir isso ali. -----

----- Voltando à questão inicial, disse que o que estava em causa era uma operação de endividamento que era feita para resolver problemas que estavam criados, mas ninguém disse que era ilegal. A Sra. Vereadora não ouviu ninguém ali dizer que era ilegal! Aliás, a Deputada Municipal Marta Rebelo até teve o cuidado de dizer que era uma operação legal. O CDS-PP queria fazer pairar que não tinha responsabilidade nenhuma na Câmara Municipal de Lisboa, e isso não podia ser assim porque o CDS-PP era responsável por esta gestão como foi pela gestão anterior. Mas o que havia nesta questão era uma crítica política. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para um perdido de esclarecimento, disse que a situação expressa pela Sra. Vereadora era incontornável, era preciso atalhar e resolver um problema com que a GEBALIS se defrontava, que era um problema objectivo e a questão concreta que colocava ao Deputado Municipal Miguel Coelho era esta: -----

----- Política de terra queimada era fácil! Qual a situação concreta, alternativa, que o PS propunha à solução que a Câmara neste caso adoptara? Julgava, aliás, que o PS tinha até responsabilidades na gestão financeira da GEBALIS. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o PS não podia agora responder como resolveria o problema da GEBALIS. Para isso o PS precisava de estar no poder. Mas de uma coisa tinha a certeza, é que a GEBALIS antes do PSD assumir a responsabilidade política na Câmara Municipal de Lisboa, em 2001, estava numa situação muito melhor que a aquela que agora tinha. Esta era a primeira verdade, mas o PSD não reconhecia isso. -----

----- Oxalá que esta operação financeira, que resultava, no entender do PS, da má gestão da Câmara Municipal de Lisboa no seu conjunto, não trouxesse mais encargos para a GEBALIS, e oxalá também que tudo aquilo que a Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto ali disse batesse certo. O PS tinha sérias dúvidas que viesse a bater certo, mas oxalá a Sra. Vereadora tivesse capacidade para isso. -----

----- Agora, não deixava de ficar ali o reparo e a atenção política no sentido de que a Câmara estava a assumir um compromisso para além do seu mandato, e isso, naturalmente, não poderia merecer a concordância do PS. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (Nota: As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) ----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, que passou a ser uma Moção conjunta do PSD e do PCP já que a **Moção n.º 12**, como referira, foi retirada sendo fundida nesta Moção nos termos já transcritos, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- A **Moção n.º 2**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, a requerimento do BE foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1, aprovado por maioria com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS; -----

----- Ponto 2, aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD e PCP, votos contra do PS, BE, e PEV, e a abstenção do CDS-PP; -----

----- Ponto 3, aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS; -----

----- Ponto 4, aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, subscrita pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- A **Moção n.º 4**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, a requerimento do BE foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1, aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS e BE; -----

----- Ponto 2, aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS; -----

----- Ponto 3, aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 6**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou contra esta Moção por considerar que se verifica uma situação objectiva na GEBALIS que exige uma solução imediata, que permita a esta empresa desenvolver a sua actividade. -----

----- Quando os subscritores desta Moção exigem a reabilitação dos Bairros Históricos, não podem impedir a adopção das medidas que permitam essa mesma reabilitação. -----

----- Tanto mais que o PS, tendo sido expressamente solicitado a identificar qual a alternativa que propunha à solução encontrada pela CML, disse não ter nenhuma. -----

----- O facto de a solução proposta se projectar em 12 anos significará que, nesse período de tempo, a GEBALIS terá um reforço financeiro significativo que, bem gerido e rentabilizado, lhe permitirá operar com eficácia na gestão e reabilitação dos Bairros, saneando a sua situação financeira.” -----

----- A **Moção n.º 7**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1, rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e PCP, votos favoráveis do PS e BE, e a abstenção do CDS-PP e PEV; -----

----- Ponto 2, rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou contra esta Moção por considerar que a mesma não tem em conta a informação, mais recente, prestada pelo Executivo Municipal, quando de uma visita à obra, e que envolveu todos os Partidos representados na AML, relativamente ao andamento da mesma, e muito menos tem em conta os compromissos assumidos, na oportunidade, pelo Presidente da CML no que respeita à abertura do Túnel.” -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 8**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV e do Deputado Municipal Nuno Roque e um outro Deputado Municipal do PSD que não foi identificado, e a abstenção do Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou contra esta Moção por considerar que a mesma é extemporânea, na medida em que a AML não conhece, em detalhe, as condições em que a CML terá aprovado a Proposta relativa à Quinta de Nossa Senhora da Paz, pelo que apenas deveria ser discutida quando tal proposta fosse agendada nesta Assembleia. -----

----- O PSD reconhece a necessidade de a Cidade de Lisboa preservar, na maior dimensão possível, o seu património mais significativo, naturalmente de acordo com os recursos disponíveis. -----

----- Na questão concreta da Quinta de Nossa Senhora da Paz, e de acordo com as informações prestadas hoje, nesta Assembleia, pela CML, não existia capacidade financeira para a sua reabilitação, pelo que a sua manutenção no património municipal apenas significaria a continuidade da sua degradação. -----

----- Para acautelar os interesses municipais, a CML garantiu que a alienação da Quinta esteja subordinada a um conjunto de obrigações que o comprador terá de cumprir, as quais se nos afiguram salvaguardar aspectos importantes para a memória da Cidade e para que dela beneficiem os seus Municípios, a saber: reabilitação e manutenção do Jardim; manutenção do uso público do Jardim; reabilitação sujeita a projecto a elaborar pelos serviços municipais competentes. -----

----- Estas obrigações, conjugadas com a qualidade das intervenções já verificadas na Quinta das Conchas e na Quinta dos Lilases, fazem-nos concluir que esta será uma solução equilibrada e positiva, que devolverá à Cidade e ao usufruto dos Municípios a Quinta de Nossa Senhora da Paz, devidamente reabilitada.” -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa tem mantido neutralidade em matéria de votações, como entende que se aconselha, mas não deixava de apelar à Câmara no sentido de algum acolhimento do sentimento que perpassava por esse conjunto de preocupações. -----

----- Depois, respondendo a um aparte, disse: “não diga isso, Sr. Deputado, não faça processos de intenção como eu os não faço, e ao não fazer processos de intenção terá porventura mais resultados do que ao fazê-los”. -----

----- Prosseguindo as votações, a Assembleia deliberou: -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 9**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou contra esta Moção por não se rever nos seus considerandos, que constituem já juízos de valor sobre as situações para as quais são solicitados os esclarecimentos. -----

----- Porque o PSD considera importante que toda a questão relativa à EPUL seja esclarecida, apresentou a Moção n.º 18, que vai nesse sentido, e que votará favoravelmente.” -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 10**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, e votos favoráveis do PCP, BE, PEV e de um Deputado Municipal do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em matéria de Segurança Social, são públicas e conhecidas as propostas que o PSD tem apresentado para reformar este Sistema e garantir a sua viabilização. -----

----- Inclusive, o PSD propôs ao PS um pacto sobre esta matéria, que o Primeiro-Ministro vem recusando, com graves prejuízos para o futuro de todos os Portugueses. --

----- O PSD votou contra esta Moção pois não se revê nas propostas e soluções do PCP em matéria de reforma da Segurança Social. -----

----- Mas o PSD também não se revê nas propostas e soluções do Governo e do PS nesta área tão importante para a coesão social e geracional em Portugal.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 11**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 13**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou contra esta Moção na medida em que a mesma pressupõe conclusões sobre as situações que estão a ser analisadas e que devem ser, previamente, esclarecidas. -----

----- Porque o PSD considera importante que toda a questão relativa à EPUL seja esclarecida, apresentou a Moção n.º 18, que vai nesse sentido, e que votará favoravelmente.” -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 14**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, com votos contra do PSD e do CDS-PP, e votos favoráveis do PCP, BE, PEV e 12 Deputados Municipais do PS e um do PSD, e a abstenção do PS e de dois Deputados Municipais do PSD. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 15**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, com votos contra do PSD e do CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 16**, que passou a ser uma Moção comum saída da Comissão Permanente de Educação Juventude e Desporto, com votos contra do PSD e do CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 17**, inicialmente subscrita pelo Grupo Municipal do BE mas que passou a ser subscrita por todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 18**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD. -----

----- Finda a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- A **Recomendação n.º 1**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, foi votada parágrafo por parágrafo, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Primeiro parágrafo, aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, PEV e BE, e votos contra do CDS-PP. -----

----- Segundo parágrafo, aprovado, por unanimidade. -----

----- Terceiro parágrafo, aprovado, por unanimidade. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Van Uden (CDS-PP)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do CDS-PP, na votação do ponto 1 da parte deliberativa da referida recomendação, decidiu que o seu sentido de voto seria contra porque, apesar de estar consciente da importância da iniciativa para a Cidade de Lisboa, ainda assim

considera que o Município de Lisboa deve ter total autonomia na decisão da adesão e em que moldes à Semana Europeia de Mobilidade.” -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, subscrita pelo PEV. -----

----- (O Deputado Municipal Duarte Mata, do BE, não tomou parte na votação desta recomendação por se considerar impedido por razões de incompatibilidade de cariz profissional). -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto:-

----- “A nossa declaração de voto é apenas para explicar por que é que votamos contra aquele ponto da Moção n.º 4, por causa da nossa posição sobre as empresas municipais e porque de facto as suspeições existem sobre a forma como elas gerem os fundos municipais. -----

----- Queríamos declarar também, quanto à Moção n.º 16, que tiramos como lição que apesar de ter havido um compromisso na Comissão Permanente de Educação de que haveria acordo dos partidos todos, e por isso o BE tinha retirado a sua proposta, que no entanto os partidos retiraram o seu apoio àquilo a que se tinham comprometido. -----

----- Tomamos nota desse facto para nosso comportamento em futuras Comissões.” -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as votações, deu por findo o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa acerca da actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 – Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa;** -----

----- **Ponto 3 – Eleição de dois representantes da AML para integrarem a Comissão de Arrendamentos Habitacionais, prevista no art.º 10.º do “Regulamento Relativo ao Programa LX-ReHabitatar o Centro” e de dois representantes da AML para integrarem a Comissão de Arrendamentos de Espaços Comerciais, prevista no art.º 19.º do mesmo Regulamento, publicado no Boletim Municipal N.º 596, de 21 de Julho de 2005;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 312/2006;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 335/2006;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 385/2006;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 386/2006;** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 403/2006;** -----

----- **Ponto 9 - Proposta 411/2006;** -----

----- Foi distribuído um aditamento com o seguinte ponto: -----

----- **Ponto 10 - Proposta 420/2006.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 3 – ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA AML PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE ARRENDAMENTOS HABITACIONAIS, PREVISTA NO ART.º 10.º DO “REGULAMENTO RELATIVO AO PROGRAMA LX-REHABITAR O CENTRO” E DE DOIS REPRESENTANTES**

DA AML PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE ARRENDAMENTOS DE ESPAÇOS COMERCIAIS, PREVISTA NO ART.º 19.º DO MESMO REGULAMENTO, PUBLICADO NO BOLETIM MUNICIPAL N.º 596, DE 21 DE JULHO DE 2005. -----

----- **A Senhora Presidente** deu nota do resultado da votação que, como referira, decorrerá em paralelo com os trabalhos do Plenário, que foi o seguinte: -----

----- Votos entrados na urna 85 -----
----- Votos a favor 63 -----
----- Votos de abstenção 4 -----
----- Votos brancos 5 -----

----- Face ao resultado desta votação, proclamou eleitos os seguintes Deputados Municipais: Ermelinda Lopes da Rocha Brito e António Paulo Quadrado Afonso para a Comissão de Arrendamentos Habitacionais; José Rui Roque e Domingos Alves Pires para a Comissão de Arrendamentos de Espaços Comerciais; Hugo Alberto Cordeiro Lobo para o júri do concurso para venda, por sorteio, de fogos no Empreendimento do Casalinho da Ajuda; Nuno Roque para representação no XVI Congresso Extraordinário da ANMP. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 3 de Outubro, pelas 15 horas. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____ .----

----- A PRESIDENTE -----